



## **CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: [setortaquigrafiacma@gmail.com](mailto:setortaquigrafiacma@gmail.com)

### **2ª SESSÃO ESPECIAL DO DIA 05 DE MARÇO DE 2026**

**TEMA: “PELA VIDA DAS MULHERES: BASTA DE FEMINICÍDIO,  
TRANSFEMINICÍDIO E RACISMO!”**

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO: PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Boa tarde. Boa tarde a todas, “todes” e todos. Sob a proteção de Deus, e em nome de todas as religiões, fés e crenças, em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta sessão especial com o tema: Pela vida das mulheres, basta de feminicídio, transfeminicídio e racismo, pelas nossas condições de trabalho, pelo fim da escala 6 por 1, pela autonomia de todos os povos e também por mais mulheres na política, por mulheres, por igualdade de gênero, equidade e por mais ocupação dos nossos espaços de poder. Inicialmente, eu quero convidar para compor a Mesa a senhora Milena Fernandes Barroso, que é professora da graduação e pós-graduação em serviço social da UFS e da pós-graduação em serviço social da Universidade Federal do Amazonas, da UFAM. A senhora Jeanne Marquise, que é pedagoga, representante da Rede de Mulheres Negras de Sergipe e Down Negro. A senhora Maluh Andrade, presidente da AmoserTrans. A senhora Denilde de Souza Dantas, diretora da Secretaria da Mulher Trabalhadora da CUT Sergipe. Quero convidar todas as pessoas presentes para, em posição de respeito, acompanharmos agora o canto do hino nacional. (*Execução do Hino Nacional*). Antes de comentar um pouco sobre o objetivo da nossa sessão, eu quero aqui fazer minha autodescrição para as pessoas cegas e de baixa visão que estão acompanhando e que podem também, depois, acompanhar esta sessão de hoje. Eu sou uma mulher de estatura média, cor de pele branca, cabelos tingidos de vermelho, tenho a altura do cabelo na altura do queixo, uso óculos vermelhos, hoje eu estou com um

diadema com flores marrons e douradas, estou usando uma blusa que trata aqui, “mais feministas na política, por mais mulheres na política”, e usando também um blazer ocre e uma calça verde-água clarinha. Nesta tarde de hoje, nós precisamos explicar que essa audiência pública, ela foi solicitada... audiência não, sessão especial. A gente faz tanta audiência... esta sessão especial, ela tem toda uma relação com as atividades da Câmara e dos movimentos sociais organizados, sobre o dia 8 de março, que é o Dia Internacional de Luta das Mulheres. A procuradoria, por meio da nossa representação aqui, eu represento as mulheres da câmara na procuradoria como procuradora e a vereadora Selma França que esteve aqui para nos cumprimentar, mas não pôde continuar a ficar, porque nós estamos com várias atividades em paralelo. Então, ela foi para outra atividade e nós estamos dando seguimento. A procuradoria é formada por mim, por ela e por 4 pessoas, mulheres também, que têm feito um trabalho junto conosco, que elas vão se apresentar também depois aqui das falas da Mesa, vão poder também dizer um pouco da importância desse trabalho na procuradoria. Quero, desde já, agradecer a participação, a presença de todas as pessoas, dizer que nós ainda teremos mais 2 pessoas que nós estamos aguardando chegar para fazer parte dessa Mesa e que essa Mesa foi organizada pelas mulheres que estão em movimento durante todo o ano, na nossa capital, mulheres que têm organizado as lutas por meio de associações, de sindicatos, por meio das diferentes formas de atuação na nossa sociedade e que solicitou da procuradoria aqui da câmara esse espaço para entrar na atividade do mês de março, que é o mês que também acaba, apesar de nós não estarmos parando de lutar, cada ano tem sido mais intenso, mas é histórico que as mulheres, elas têm tido um protagonismo nas lutas sociais e o dia 8 de março, para nós, mulheres, ele... o ano não começa para nós depois do Carnaval, o ano, para nós, ele começa com as lutas do 8 de março, que é o Dia Internacional das Mulheres. Então, por isso estamos aqui e esta Mesa foi construída pelos movimentos. Eu quero, desde já, em nome de todas as mulheres que estão aqui, da procuradoria, agradecer a presença da secretária da Mulher de Aracaju, a Ser Mulher Aracaju, a senhora Elaine Oliveira. Também agradecer a presença de Emile Samita, vice-presidente da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher da OAB, representando aqui não só o presidente Daniel, mas as mulheres que formam a OAB Sergipe. E também agradecer à senhora Larissa Lima, que é coordenadora da Diretoria de Proteção da Secretaria de Política para as Mulheres do Estado de Sergipe, representando a secretária Doutora Georlize Teles, muito obrigada, muito importante. Nós vamos tratar aqui de assuntos pertinentes, cada organização, sobre o trabalho que precisa avançar nas

políticas públicas. Então é muito importante a participação de todas vocês aqui hoje. Nós vamos, inclusive, a senhora Elaine não vai poder ficar muito tempo, porque tem outras agendas hoje à tarde. Nós vamos começar e vamos depois passar a palavra para que a senhora possa também fazer uma saudação antes de se retirar, porque eu acho que é importante e reconhecer também a importância da sua presença aqui hoje, que reconhece a importância da nossa luta e valoriza esse trabalho que a gente vem fazendo com as organizações. Então, para que a gente não... Sim, o protocolo. Eu quero aqui convidar o nosso cerimonialista, ALEXSANDRO DE SANTANA, que vai fazer a leitura do Requerimento nº 63/2026, aprovado pelo plenário desta Casa Legislativa, que deu origem hoje à nossa sessão especial. Obrigada, Sandro.

### **ALEXSANDRO SANTANA – CERIMONIALISTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU**

Boa tarde. Estado de Sergipe, Câmara Municipal de Aracaju, Requerimento de nº 63/2026, autoria vereadora Professora Sonia Meire. “Senhor Presidente, requeiro a realização de Sessão Especial com o tema: Pela Vida das Mulheres: Basta de Femicídio, Transfemicídio e Racismo, por maior representação política, pela soberania dos povos e o fim da escala 6 por 1, que ocorrerá em 5 de março, às 14 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Aracaju, Palácio Graco Cardoso, 25 de fevereiro de 2026. Professora Sonia Meire, vereadora PSOL Sergipe.”

Correspondência, presidenta. Cumprimentamos cordialmente e acusamos o recebimento do convite para a sessão especial com o tema Pela Vida das Mulheres: Basta de Femicídio, Transfemicídio e Racismo, a ser realizada no dia 5 de março de 2026, às 14h, no Plenário da Câmara Municipal de Aracaju. Impossibilitada de comparecer, em virtude de compromisso assumido anteriormente, agradeço a Vossa Excelência a gentileza do convite e apresento votos de pleno êxito na realização da atividade programada. Cordiais saudações, desembargadora Yolanda Santos Guimarães, presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Cumprimentando Vossa Excelência, acusamos o recebimento do convite para a sessão especial com o tema Pela Vida das Mulheres: Basta de Femicídio, Transfemicídio e Racismo, de autoria da vereadora Sonia Meire, a ser realizada no dia 5 de março de 2026, nessa egrégia câmara municipal. O secretário especial de Cultura do Estado de Sergipe, Antônio Carlos Valadares Filho, agradece a honrosa lembrança e manifesta seu reconhecimento da relevância institucional da pauta proposta, que trata de

tema sensível, urgente e estruturante para o fortalecimento da democracia, da cidadania e da dignidade humana. Entretanto, em virtude de compromisso institucional anteriormente agendado e inadiável, o secretário não poderá se fazer presente nesta referida sessão. Atenciosamente, Maria Grazielle Ribeiro, chefe de gabinete da Secretaria da Cultura do Estado de Sergipe. Sigo.

Cumprimentando-a cordialmente, agradeço o convite e informo que, devido a compromisso anteriormente agendado, a senhora reitora, professora Ruth Salles Gama de Andrade, não poderá comparecer ao evento em epígrafe. Atenciosamente, Jaqueline de Jesus Azevedo Freire, secretária executiva do IFS.

Acuso o recebimento do honroso convite, agradecendo pela gentileza da remessa. Informo, contudo, que, em razão de compromissos institucionais previamente assumidos, não poderei comparecer à sessão especial com o tema Pela Vida das Mulheres: Basta de Femicídio, Transfemicídio e Racismo, que acontecerá no dia 5 de março, às 14h, na sede da Câmara Municipal de Aracaju. Na oportunidade, o conselho seccional da OAB será representado pela doutora Laila Maria Dantas Leandro de Azevedo, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da OAB Sergipe. Reitero meus agradecimentos pela consideração do convite e renovo os votos de elevada estima e distinta consideração. Atenciosamente, Daniel Alves Costa, presidente da OAB Sergipe. Lido o requerimento e as correspondências, senhora presidente.

#### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muito obrigada, Alexsandro, pela valorosa contribuição aqui conosco. Antes de dar início às falas, primeiro eu quero aqui chamar a senhorita Laura Brandino para compor a Mesa, liderança também aqui, estudante de serviço social do coletivo Juventude à Frente, pesquisadora. Seja bem-vinda, Laura. E antes de passar a palavra para as pessoas da Mesa, nós queremos aqui, pela procuradoria, um trabalho que a comunicação vem realizando aqui da Câmara, dando visibilidade às ações de trabalho das mulheres e neste mês também, preparou momentos chamados “Um Minuto da Procuradoria”, onde traz algumas informações sobre a importância de defesa das mulheres, onde elas podem procurar apoio. Então, queria que passasse aqui agora. Está sendo lançado hoje o “Um Minuto da Procuradoria”, com as mulheres que fazem parte da procuradoria, mas para incentivar as demais. Pode ser, Paranhos? (*Exibição de vídeo*). Pedir para Sayonara, Desirée e Carol ficarem de pé para vocês. Estão aqui

presentes, são elas que compõem esse trabalho conosco. Tem Vanessa também, que não pôde estar aqui até o momento, mas vai chegar. E nós somos essa equipe que formamos a procuradoria. Tá certo? Obrigada, viu, meninas? Obrigada mesmo. Nós estamos com algumas atividades também nas escolas. Começamos essa semana, ora trabalhando com as mães, ora trabalhando com professoras, ora trabalhando com adolescentes. E faremos também uma formação aqui para trabalhadoras e trabalhadores da Câmara, porque a luta contra a violência, inclusive a violência institucional também, nós temos que estar muito atentas todos os dias. Não é só a violência doméstica. Essa é uma chave também que a gente tem discutido, que precisa aprofundar mais. Então, a importância da procuradoria nessa dimensão, ela é fundamental. Começar pela própria Casa Legislativa, que tem sido espaços também muito difíceis para a mulher fazer a política no dia a dia. Não só as mulheres vereadoras, mas as mulheres que trabalham também, as técnicas, as trabalhadoras como um todo aqui da Câmara. E a nossa luta é interseccional. Então, nós envolvemos todos esses elementos e a formação que nós vamos fazer no dia 23, interna, é exatamente para isso, para discutir mais qual deve ser o papel nosso aqui, de homens e mulheres, para que a gente possa mudar essa situação. Então, é isso. Vamos dar prosseguimento agora. Vanessa acabou de chegar. Vanessa também faz parte da Procuradoria da Mulher. Tínhamos apresentado, Vanessa, o “Um Minuto da Procuradoria” e a equipe. Então, nós vamos dar início agora às falas da Mesa. Vou começar aqui pela nossa companheira. Nós teremos 10 minutos para cada. Se tiver alguma necessidade, a gente estende também um pouco, sem problema. Mas nós vamos começar agora pela nossa companheira Adenilde de Souza Dantas, que é doutora em educação pela UFS, pesquisa as relações de gênero e poder no sindicalismo da educação, professora da Rede Estadual de Educação de Sergipe, da Rede Municipal em Nossa Senhora do Socorro e é diretora do Sintese. Então, Adenilde, muito obrigada, é com você. Adenilde é uma das que tem construído conosco essa luta também diária, representando não só a CUT, mas todos os Movimentos aí que ela também tem engajado no magistério.

#### **ADENILDE DE SOUZA – DIRETORA DA SECRETARIA DA MULHER TRABALHADORA DA CUT-SE**

Boa tarde a todas e a todos e a “todes”. Já fui apresentada. Quero dizer, primeiro, que é uma honra estar aqui hoje, nessa sessão especial da Câmara. Quero parabenizar a companheira Sonia Meire pela iniciativa e vou fazer a minha

autodescrição. Eu sou uma mulher negra, de cabelos alisados, um pouco branco na frente, uso óculos preto, estou vestindo uma camisa com o nome CUT e o símbolo feminino na cor lilás, usando um blazer preto. Tenho 1,70 de altura. Sou uma mulher obesa. É bom a gente colocar isso porque as mulheres obesas também têm direitos. Eu começo com a minha fala. A minha fala vai se centrar um pouco nas categorias que vêm do mote, o Movimento de Mulheres de Sergipe, os movimentos, porque nós não somos um único movimento, somos vários, mulheres de todos os movimentos sociais, sindicatos, estamos desde o dia 27 de janeiro, vendo a questão da comemoração do 8 de março, ou do 8M, como gostamos de falar. Depois de muitas reuniões, chegamos ao mote, que é: pela vida das mulheres, baixa de feminicídio, baixa de transfeminicídio e racismo, por maior representação política, pela soberania dos povos e pelo fim da escala 6 por 1. Então eu vou estar falando um pouco sobre isso, porque eu acho que precisamos centrar um pouco nisso. Primeiro, eu estou aqui representando a CUT e, em nome da CUT, eu quero dizer o seguinte: basta de feminicídio, transfeminicídio e racismo. Nós vamos lutar até a última gota de sangue, até o último dia das nossas vidas para que a gente possa combater isso. E eu espero que, antes de morrer, eu possa ver menos meninas sendo estupradas por famílias dentro de casa, e menos mulheres apanhando no meio da rua, como eu vi essa semana. Quero aqui denunciar e quero já parabenizar a OAB que aqui está presente, que saiu com uma nota com relação ao que vem acontecendo em Estância. Um vereador de nome Fernando Moura agrediu, no meio da rua, sua esposa. Esta buscou todos os meios para adquirir os seus direitos e teve todas as suas portas fechadas. Então, fico feliz que, no dia de hoje, eu vi uma nota da OAB se solidarizando com essa mulher. Espero que ela tenha a justiça que ela merece. A gente começa um pouco falando também sobre o sangue que mais escorre no asfalto, é o sangue das mulheres, porque nós somos maioria dessa população. E esse sangue que está escorrendo todos os dias, a cada 11 minutos no mundo e a cada 4 minutos no Brasil, é o sangue de mulheres negras, periféricas, transexuais. Mulheres com várias identidades, mas são mulheres. E elas são mortas pelo simples fato de serem mulheres. Não podemos falar de representação sem falar do direito básico de permanecer viva. Então, quem diz que a cada 11 minutos morre uma mulher no Brasil é a ONU. No Brasil, os dados nos envergonham. Somos um dos países mais perigosos para a mulher, para as mulheres cis e as mulheres trans. De acordo com o Ministério de Mulheres, num dado que eu peguei hoje, meio-dia, do ano de 2025, 2025 foi o ano recorde histórico de feminicídios no Brasil. Houve uma média de 4 mulheres sendo mortas, aliás, 4 mulheres

mortas por dia. Quase 3 mil atendimentos diários pelo Ligue 180, um aumento de 360% no total de assassinatos de mulheres em 10 anos, comparativo entre 2015 e 2025. Mais de 1.470 mulheres foram vítimas de feminicídio em 2025, recorde histórico desde a tipificação em 2015. E em Sergipe, que é a nossa casa, o sangue continua correndo. Em 2024, foram 10 mulheres assassinadas no estado. Em 2025, esse número aumentou 50% e chegou a 15. Das 46 tentativas de assassinato, 15 ceifaram mulheres. Nos primeiros 2 meses de 2026, o Jornal do Dia noticiou que foram 11 tentativas de feminicídio, sendo uma confirmada, com destaque para a crueldade contra as mulheres negras e o ódio que é mais específico das mulheres trans. Eu quero chamar a atenção aqui, que enquanto nós, mulheres, ainda temos alguns observatórios no Brasil, as mulheres trans ainda são subnotificadas. A gente sabe que tem um site, que é o ANTRA, que tem alimentado esses dados, mas esses dados ainda são insuficientes. E a gente sabe por quê, porque eles não querem que a gente saiba quantas mulheres estão morrendo todos os dias. Quero dizer que as mulheres trans, pretas e periféricas são empurradas à margem para a morte. Não são apenas números. Nós não somos apenas números. Somos trabalhadoras, somos mães, filhas, que o estado tem renegado em nos proteger. Mas o ódio tem alvos ainda mais específicos. O Brasil continua sendo, pelo 17º ano consecutivo, o país que mais mata transexuais no Brasil. Em 2024, foram 122 casos, e a maioria das vítimas são mulheres trans, negras e empobrecidas. O transfeminicídio é o ápice da desumanização. Quando o racismo se cruza com a transfobia e o machismo, o que temos é um projeto de extermínio contra corpos negros e dissidentes, que a CUT não aceitará ver calado. Eu não estava prevista para falar aqui, mas em conversa com a minha companheira Zezé ali, foi uma coisa que eu estava vendo. Causou-me muita dor ver 165 meninas sendo mortas num bombardeio no Irã. Eles miraram as bombas para uma escola. E por que mataram 165 meninas? Para extirpar aquele povo. E aí, por conta desse dado e da conversa com ela, eu resolvi pegar alguns dados para que a gente possa pensar. Feminicídio de meninas de 2021 a 2023, foram registrados 368 casos de meninas e adolescentes até 19 anos. Maior entre 15 e 19 anos é o índice. Desse total, das meninas de 15 e 19 anos, morreram, no Brasil, 264 vítimas. Com relação ao público trans, no caso, as mulheres trans, vemos que existe um perfil dessas vítimas: 94% das mulheres trans são assassinadas, no caso dos 122 casos que tiveram no Brasil em 2024, 94% eram mulheres trans, 72% desse total eram mulheres negras. A maioria dessas mulheres tinha de 18 a 19 anos e viviam em situação de vulnerabilidade social, e com relação ao trabalho sexual. Bom, uma outra questão que eu trago aqui é a questão da soberania dos

povos. Nós não lutamos apenas contra o braço que aperta o gatilho. Nós precisamos lutar contra o sistema que gera essa violência. Falar em vida das mulheres é falar em soberania e soberania dos povos. A soberania é o direito de decidir seu próprio destino, de controlar suas riquezas, como o nosso petróleo, a nossa água e a nossa energia. E a soberania está sob ataque constante do imperialismo norte-americano. Assistimos agora no início do ano o imperialismo invadir a Venezuela. Quer tomar o canal do Panamá para si. Pode a qualquer momento, quem sabe, também invadir nosso país em busca de nossas riquezas. Pensa em invadir até a Groenlândia. Esse homem tem sede de poder e ele quer extirpar todos aqueles que estão no seu caminho. Através das sanções econômicas, interferências políticas e do controle das grandes corporações, o capital estrangeiro tenta transformar o Brasil em quintal de sua exploração. Quando o imperialismo pressiona por privatizações, quem mais sofre é a mulher trabalhadora. Então, quando o capital está em crise, quando o capital está em busca de mais comércios, são as mulheres que mais sofrem. É das mulheres que é retirada a educação, o assistencialismo. São as mulheres que vão cada vez mais para o subemprego quando esses países entram em guerra, quando entram em crise. Não aceitaremos que o destino de Sergipe e do Brasil seja deitado de fora para dentro. Enquanto mulheres passam fome, nós não podemos ficar paradas. Falarei agora um pouco sobre a questão da representação política, que também está no mote. Aracaju é uma cidade de maioria feminina e negra, mas a gente olha para o lado. Quando a gente está na Câmara dos Deputados, em Brasília, na Câmara de Vereadores de Aracaju e de outras câmaras, na própria assembleia legislativa, quantas mulheres vocês veem lá? Quantas mulheres trans estão lá? Quantas mulheres negras estão ocupando aquele espaço? Quantas mulheres da classe trabalhadora ocupam aquele espaço? Queremos, sim, maior representação de mulheres, mas mulheres que nos representem de fato, mulheres que representem as nossas pautas, mulheres que tenham cor e que cheirem a suor. Mulheres... Suor do trabalho. Então é por isso que colocamos mais representação de mulheres. Não basta apenas ter mais mulheres ocupando espaços. É preciso ter mais mulheres que representem as pautas da mulher. Pautas contra o aborto, pautas com relação a mais creches, porque as mulheres precisam trabalhar, e assim por diante. Não vou me estender mais. E a última pauta que eu trago aqui é a questão da escala 6x1. Para a CUT e para todos os movimentos que compõem os movimentos sociais que nós temos estado esses dias, é central o fim da escala 6x1, porque nós, mulheres, não trabalhamos 6 dias e folgamos 1. Nós trabalhamos 7 por 7 e precisamos reduzir essa jornada para que a gente

tenha mais condições de saúde, mais tempo para poder fazer, para poder estudar, para poder cuidar da nossa família e, assim, ter um melhor viver. Eu não vou me estender mais porque o meu tempo já acabou. Quero agradecer aqui a todos, todas e “todes” pela atenção.

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Adenilde. Antes de dar continuidade aqui à Mesa, eu gostaria de convidar a secretária das mulheres para que possa fazer uma saudação, porque ela tem um compromisso agora e nós gostaríamos de ouvi-la. Pode fazer uso ali do púlpito. E, adiantando também que nós estamos preocupadas com o Plano Municipal de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Se puder dar alguma dica para nós dessa construção, é muito importante antes de a senhora se retirar. Obrigada.

### **ELAINE OLIVEIRA – SECRETARIA DA MULHER DE ARACAJU**

Desculpa, viu, vereadora. Desculpa a todas. Boa tarde a todas as pessoas. Eu me chamo Elaine Oliveira, eu estou como Secretária Municipal do Respeito às Políticas para as Mulheres aqui no Município de Aracaju e foi aqui nesta Casa, com o desejo da primeira mulher prefeita, em nascer uma Secretaria da Mulher para olhar para todas as mulheres aracajuanas. Recebi esse convite como uma missão e, de lá para cá, são 9 meses. São 9 meses que uma missão e desafios são todos os dias enfrentados. O que você acabou de falar aqui com relação à questão das mulheres trans, isso é algo que tem me chamado muito a atenção também. É uma pauta, é um direito. E quando a gente olha para a Secretaria da Mulher, a gente diz: a secretaria é para todas, todas as mulheres. Quando a gente fala da questão do feminicídio, nós temos que ter uma ideia, uma concepção de que não é somente o poder público, que não são somente leis, mas, sim, toda a sociedade, toda a sociedade. Homens e mulheres precisam combater, porque só assim nós vamos ter uma vida mais digna para todas as mulheres. Do que a senhora me perguntou com relação ao plano do enfrentamento, agora, até o final do mês, nós vamos estar já iniciando, na verdade, já iniciamos com os nossos grupos ouvindo essas mulheres, para que a gente possa apresentar para a sociedade e ouvir cada grupo, e assim a gente construir esse enfrentamento de violência aqui no nosso município. Como eu bem disse no início, a secretaria tem apenas 9 meses, mas são 9 meses aonde a gente vem passando em várias pautas e ouvindo vários grupos de mulheres e, assim, levando

essa autonomia e dizendo a essa mulher que Aracaju tem visto e tem olhado para as dores de todas as mulheres. Então, eu não vou me estender porque temos outro compromisso. Se alguém tiver alguma pergunta, quero deixar aqui o endereço da Secretaria da Mulher. Nós estamos ali na Rua de Boquim, número 67, na Escola de Governo, o CRAM também. O CRAM onde a gente recebe essas mulheres vítimas de violência, que fica ali na Rua da DESO, na Rua Campo do Brito, 109. Deu um branco agora. Na Rua Campo do Brito, 109. E os nossos canais. Quando a gente chegou à secretaria, nós entendemos a necessidade de abrir mais um canal e abrimos a Ouvidoria da Mulher, para que essa mulher, ela possa ser acolhida na sua totalidade. Parabéns à senhora, como vereadora, e às meninas que vêm fazendo um trabalho belíssimo e que a gente possa unir forças, porque assim a gente consegue acabar com esse mal que assola todo o nosso país e a nossa capital também. Muito obrigada e uma boa tarde a todas.

#### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, secretária. Com certeza, fruto desse movimento, nós encaminharemos, depois, para a secretaria as indicações, fruto desta Sessão Especial e dos outros espaços que a gente tem construído também. Muito obrigada pela sua presença, obrigada. E de toda a sua equipe que também está aqui, equipe técnica, obrigada, meninas. Tchau. Dando continuidade aqui agora, eu quero passar a palavra para Jeanne Marquise, que é pedagoga e especialista em educação inclusiva, professora dos anos iniciais e atua como gestora escolar, representando aqui a Rede de Mulheres Negras de Sergipe e Down Negro. Muito obrigada, Jeane.

#### **JEANNE MARQUISE – PEDAGOGA E REPRESENTANTE DA REDE MULHERES NEGRAS DE SERGIPE**

Muito obrigada! Boa tarde, eu que agradeço, vereadora. Também estou muito emocionada por estar aqui. Uma boa tarde para todos, minhas companheiras de lutas que estão aqui, excelentíssimos vereadores, vereadoras, autoridades que estão presentes, mas que também vão nos assistir. Mulheres de Aracaju, eu subo a esta tribuna não apenas para celebrar o Dia Internacional da Mulher, mas também para reafirmar uma luta que ainda é urgente, necessária, inadiável. Eu, mulher negra, professora, mulher de candomblé, mãe, faço parte dessa maioria que todos os dias acorda e que não tem a opção, não tem a opção. Fico emocionada, mas, assim, nós, mulheres, que somos maioria, todos os dias acordamos com o dever de empoderar outras mulheres, de transformar dor em luta. Não é opção. Não chega a ser opção, porque nós fazemos isso

para poder sobreviver. O 8 de março não é uma data comercial, é memória das mulheres que lutaram por direitos trabalhistas, por dignidade, por voz. É símbolo de coragem, mas também é um momento de reflexão. Que sociedade estamos construindo para nossas mulheres? Em pleno século XXI, ainda precisamos falar sobre o direito básico de viver todos os dias. Feminicídio não é um crime comum, é o assassinato de mulheres pelo simples fato de ser mulher. É a expressão mais cruel da desigualdade de gênero. Cada mulher assassinada deixa filhos órfãos, famílias destruídas e uma sociedade ferida. Quando uma mulher é vítima de feminicídio, falhamos todos. Falha o agressor, falha o silêncio cúmplice, falha a cultura machista que naturaliza a violência. Falham as políticas públicas quando não alcançam quem mais precisa. Precisamos transformar luto em luta todos os dias. Precisamos fortalecer as redes de proteção, ampliar o serviço de acolhimento, garantir orçamento para políticas públicas voltadas a nós, mulheres. Investir em educação para igualdade e responsabilizar com rigor aqueles que nos violentam a todo tempo. Não basta homenagear mulheres com flores enquanto outras são silenciadas pela violência. Hoje celebramos a força feminina. Estamos juntas aqui. Mas também denunciemos a violência que existe e insiste em nos atingir. Nenhuma mulher deve ser apenas um slogan, deve ser um compromisso, um compromisso diário. Muito obrigada.

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Antes de passar a palavra para a próxima oradora, eu quero fazer o registro de Ártemis Luiza, assessora da deputada Linda Brasil; Bruna Santos, que é coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário e vice-presidente estadual da Unidade Popular pelo socialismo, também construiu esse momento e tem construído os movimentos conosco; Sayonara Oliveira, da Procuradoria da Mulher da Câmara, que nós já apresentamos; Rose Fonseca, conselheira do Conselho Direito da Mulher; Juliane Barbosa, nossa companheira também de luta; Eliza, sua filha, que está aqui também, vivendo esse momento conosco; Desirée Oliveira, que atua também na Procuradoria da Mulher; Jeane Martins, que está aqui pela Associação Rede de Mulheres. Pureza Sobrinha, da União Brasileira de Mulheres (UBM) sempre aqui presente na luta; Ana Caroline, que também atua na Procuradoria da Mulher; Geovana Soares, da Amosertrans e assessora da deputada Linda Brasil; Xanda Brito, assessora da secretária da Ser Mulher, que já precisou se retirar; Zayla, pesquisadora; Helena Pinheiro, Casa de Ratura, é isso?; Iracema, que é da CUT; Maria José Batista, que está aqui também, que,

além de atuar com a gente na luta pela infância, é assessora do vereador Iran Barbosa; Rose Carvalho, que é do Comitê da Mulher, do Cicrede, né?; Rose. Fabiana dos Santos, assessora da deputada Linda Brasil; Reginaldo Batista, assessor da deputada Linda Brasil. Vanessa Reilani, também atua conosco na Procuradoria da Mulher; e a nossa querida Josineide Dantas, aqui, Rede de Mulheres Negras, nossa Gigi Poetiza. Obrigada, gente. Obrigada, viu? Obrigada. Sempre bem-vinda. Dando prosseguimento, agora nós vamos chamar... É que esse negócio sai toda hora. Aqui. Nós queremos chamar agora Malu Andrade. Mulher travesti, afroreligiosa, multiartista, presidenta da Amosertrans, membro titular do Observatório de Direitos Humanos do CNJ pela ANTRA, militante e ativista. Artivista, né? Que é artivista, artivista, porque é artista. Isso, no movimento LGBTQ+ e de mulheres negras de Sergipe. A mulher é forte, viu?

### **MALUH ANDRADE – PRESIDENTE DA AMOSERTRANS**

Boa tarde a todas, todos e “todes”. Quero fazer minha autodescrição. Sou uma travesti negra de pele clara com cabelo ruivo, claro também, um óculos vermelho, olhos castanhos, com a blusa do mote da Marcha Trans desse ano, que é “Brasil Soberano é Um País Sem Transfobia”, com a calça vermelha, a sandália branca, alguns adereços marrons. Queria agradecer o convite na pessoa da nossa vereadora babadeira, maravilhosa, incrível, que sempre, de forma sensível, tenta trazer temas importantes de discussão aqui e incluir nossas “corpas” nesses diálogos, nessas discussões dentro dessa Casa, que também é importante e cara para a gente estar aqui presente. Agradecer a presença das minhas irmãs, porque é tão bom quando a gente vê outras de nós também aqui, para além das mulheres cis que já ocupam esse espaço, tem outras travestis e mulheres trans também aqui presentes, é muito importante para mim. E já faço assim uma crítica porque a gente está fazendo, a gente está no mês do Março Mulher, a gente está no mês de luta, sabemos que a nossa luta é o ano inteiro, e a gente sabe que a gente acaba falando para a gente mesma, tipo, a gente vai trazer essas discussões, a gente vai dialogar. Acaba sendo para as nossas, e essa luta é nossa diariamente, cotidianamente. Mas essa Casa podia ter lotado de homens, porque é para eles essas discussões. Eles que precisam escutar. Tem alguns homens presentes que são os homens que trabalham na Casa, mas é a sociedade, enquanto masculinidade, qual é essa que fere a gente todos os dias, que violenta a gente todos os dias e que potencializa essa violência na sociedade como um todo. Então, o mais importante seria a presença deles, mas, infelizmente, não é a nossa realidade. Eu vou trazer alguns dados e algumas informações que vão acabar

sendo um pouco repetitivos do que a nossa colega da CUT trouxe. Mas é importante falar sempre e ver também que outras mulheridades estão se debruçando dentro da nossa pauta, das nossas inquietações, daquilo que atravessa a gente enquanto violência, porque isso também acaba atravessando as outras instâncias. A gente está com o tema dessa sessão, que é “Pela Vida das Mulheres, Basta de Femicídio, Transfemicídio e Racismo”. E aí, os dados que eu vou trazer são dados da ANTRA, que é a Associação Nacional de Travestis e Transexuais, tem o Pacto Nacional também de Enfrentamento à Violência e ao Femicídio de Mulheres e o dado também desse livrinho aqui, que foi produzido pela ONU Mulheres, o pacto também é produzido pela ONU Mulheres, que é “Todas as mulheres de dignidade, cidadania e direitos humanos para travestis e mulheres trans”, esse exemplar eu vou deixar com a nossa vereadora, trouxe para você, foi da marcha também, a gente acabou trazendo alguns materiais e é importante a gente distribuir aquilo que dá, para que também vocês tenham ciência daquilo que realmente são as nossas dores, são as nossas pautas e o que a gente vem lutando diariamente. E aí, dentro desses dados da ANTRA, lembrando que não só a ANTRA faz essa coleta de dados, a gente tem outras instituições que hoje também se debruçam na coleta desses dados, e a gente tem um dossiê, que é um dossiê de assassinatos e violências a pessoas trans e travestis, então, ó, quão doloroso é para a gente ter que todos os anos lançar um dossiê em que no dossiê não vão constar aquilo que a gente vem enfrentando enquanto luta, as nossas conquistas, mas vão constar números de “corpas” e corpos que foram tombados na sociedade com resquícios de crueldade na questão da violência. E aí, a gente teve essa queda do ano passado para esse ano, ano passado foram 122 pessoas assassinadas, esse ano foram coletadas 80 pessoas fora as subnotificações, uma queda de 34%, mas a gente fica assim... Mas que queda se ainda pessoas estão sendo assassinadas? Então, de fato, não houve uma queda, ainda assim, foram 80 vidas ceifadas, a gente está falando que dessas vidas, dentro desse número de corpos e “corpas” assassinadas, a gente tem um número alto de travestis negras, jovens que estão em situação de vulnerabilidade... É, vou ficar aqui olhando, viu, gente, porque não dá para memorizar tudo, não... As questões socioeconômicas e nordestinas. E aí nos assusta que a gente está falando de Nordeste, a gente está no Nordeste, a gente está em Sergipe. E aí o índice maior também de assassinatos dessas meninas, de mulheres trans e travestis, é aqui no Nordeste, e aí está pareado ali o Ceará com Minas Gerais, o que acaba assustando a gente, não diferente de Sergipe, porque parece que em Sergipe não vai acontecer ou que não acontece, a gente sabe que já aconteceram muitos assassinatos,

assassinatos esses que até hoje a gente tem alguns casos que não tiveram nenhuma solução, e aí a gente sabe desse descaso que é, socialmente falando, a quem a gente procura quando essa situação acontece? Quem são essas pessoas que estão lado a lado com a gente mesmo, do poder público, que a gente pode contar quando esses números acontecem em nosso estado. A maioria desses assassinatos acontece em via pública, acontece na frente de algumas pessoas, às vezes, as câmeras fazem os registros, mas a gente sabe que, até quando essas situações acontecem, pessoas assistem como se fosse um grande espetáculo, como se fosse um grande cinema, um grande filme que está ali acontecendo e não faz nada. Às vezes vem uma situação de violência, também, que uma pessoa, que é uma mulher trans, travesti, está sofrendo naquele local, e ninguém se posiciona para isso e acaba sendo preocupante. O Brasil segue sendo, pelo 18º ano consecutivo, o país mais perigoso para nós, então, não adianta falar de conquista se nós andamos com medo todos os dias, é triste porque a gente vem falando disso o tempo inteiro, a gente fala disso, eu entro muito nessa Casa para falar disso e, às vezes, é doloroso. Eu postei ontem que, antes de... Para preparar essa fala, eu tive que ir buscar algumas informações e tal, e quão doloroso é a gente ficar lendo, lendo, sabendo que, cotidianamente, isso atravessa a gente. E isso eu estou falando enquanto mulheridades. O Brasil é perigoso para todas as mulheres, ele deixou de ser um país, esse país que é vendido como o país do futebol, o país do carnaval, o país do forró, como quer que seja, mas é um país que nessas festas populares a gente acaba passando por processos de violência. As agendas anti-trans são um outro fator que gera esse atravessamento de dor para a gente, porque é nesses discursos que são alimentados, esses discursos que são potencializados à violência. Sejam esses parlamentares, na maioria das vezes, que estão dentro da Casa, que era para estar na Casa falando de direito da população como um todo, mas estão dentro da Casa para fomentar o ódio. Estão dentro da Casa para construir projetos de leis que afetem a integridade de nós, mulheres trans e travestis. Não tem outra pauta urgente no país acontecendo. Então, a violência contra a mulher, ela não é uma pauta importante, mas falar da gente e jogar a gente também nesse dado de violência é importante para eles, porque não têm o que se importar da sociedade como um todo. Então essas agendas, essas perseguições acabam também, e a falta de assistência, mais uma vez, do poder público, acaba potencializando mais ainda essas violências para a nossa população. Em resumo, o dossiê traz também alguns indicativos de solução, e a gente traz tanto para a Casa, para a vereança, quanto para a assembleia legislativa, que é sobre implementação de políticas públicas específicas de proteção,

fortalecimento de mecanismos de denúncia e investigação, a formação... Ai, meu Deus. A formação antidiscriminatória de agentes públicos, a garantia de acesso à educação, à saúde, ao trabalho, à moradia, porque isso tudo são afetações também que contribuem para a violência da nossa população, estou com tempo curtinho. E aí entra o Pacto Nacional de Prevenção ao Feminicídio, quem não teve acesso está disponível tanto no Ministério das Mulheres, é bem importante. Lógico que é um documento muito esvaziado. Não é um documento profundo para falar de identidade de gênero, por exemplo. Ele é muito raso. Então, a gente já sabe que, dentro desse pacto, há pouca cobertura para a nossa população trans e travestis. Então, isso é um perigo para a gente, porque é mais um documento que é importante, mas é um documento esvaziado quanto ao resguardo de direitos da nossa população. E aí, trazendo um panorama geral, dentro desse, da população de mulheres negras no nosso país, a gente tem no Brasil, teve no Brasil no ano passado, entre 3.800 a 4.000 mortes. Então, dentro desse número de mulheres assassinadas no nosso país, 65% a 70% é de mulheres negras. E aí a gente entra na base da discussão do racismo estrutural. Então, tanto da população trans quanto de mulheres cis, esse maior número é da população negra. E a gente sabe como é o sistema do racismo para a nossa população. E é preocupante, mais ainda, porque aí é que entra o debate da interseccionalidade, se discutir os segmentos de mulheridades como um todo, porque é necessário entender que nem, a gente não está falando de todas as mulheres de forma igual, a violência vai chegar de forma igual, mas, em contrapartida, são as mulheres negras que são mais tombadas dentro dessa estatística. A maioria dos feminicídios ocorrem, como já foi falado aqui também, ocorrem dentro das casas, ocorrem com esses familiares, com esses ditos homens de bem, esses ditos homens que estão ali nessa ficção de que estão cuidando dessas mulheres, que, na verdade, não estão. Tanto seja na violência psicológica, a física, a patrimonial, enfim, todas essas violências de grande porte, reproduzidas dentro da casa. E, infelizmente, a gente, nesse resumo todo, a gente entende que não estamos seguras. A gente está vivendo em perigo constante. A gente encerrou o ano de Sergipe, a gente estava falando sobre isso, encerrou o ano com mulheres mortas, e mal começou o ano, temos um número grande de mulheres assassinadas aqui em Sergipe recentemente, agora, essa semana, em Itaporanga, teve essa mulher violentada em Estância. E aí que é mais agravante, porque a gente viu pessoas assistindo, várias pessoas assistindo essa mulher sendo violentada na frente de todo mundo e ninguém fez nada. Ah, porque era uma briga de duas mulheres, a gente teria que, sim, fazer uma intervenção. E pior ainda

quando chega um homem e que gratuitamente espanca essa mulher, independente de que seja a mulher dele, que seja qualquer outra mulher, mas é uma agressão. Aquilo ali poderia ter finalizado de uma forma muito mais cruel, mas ainda assim ninguém se posicionou para nada. Finalizo a minha fala com um trecho de uma música de uma das maiores intérpretes, de uma das maiores referências na música popular brasileira, e que é uma referência para mim, enquanto artista também. Estou finalizando. Que é uma referência para mim também, enquanto mulher, que é a Elza Soares, que também foi vítima desse sistema, que também foi vítima dessas violências, mas esteve ali até o fim da sua vida como a mulher do fim do mundo, assim como ela dizia. E aí tem uma música que se popularizou e que várias pessoas cantam, que ela deixou no álbum “Mulher do Fim do Mundo”, que é: *(Cantando)*: “Cadê meu celular? Eu vou ligar para o 180. Vou entregar teu nome e explicar meu endereço. Aqui você não entra mais, eu juro que não te conheço. E jogo água fervendo se você se aventurar. Eu solto o cachorro e apontando para você, eu grito pega. Eu quero ver você pular, você correr na frente dos vizinhos. Você vai se arrepender de levantar a mão para mim”. Obrigada.

#### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Eu já estava ali de olho para pedir um, aí ela já disse que já está aqui para nós. Nós vamos também utilizar as informações que estão aqui para divulgar também no site da Câmara pela Procuradoria da Mulher. Uma das ações nossas, que já escrevemos, já foi até divulgado: o papel da procuradoria, como ela se configura, e nós estamos fazendo uma proposta de resolução aqui para a Câmara para incluir o conceito de mulheridades, porque não existia na linha da resolução da procuradoria a ideia de mulheridades, mulher no sentido genérico, e a gente sabe o que é que implica isso nas nossas vidas a partir dessa compreensão, não é? E também nas próprias emendas aqui parlamentares, que nós perdemos todas, mas é importante a gente dizer, é importante a gente entender que a luta é realmente gigante dentro dos parlamentos. Porque, quando a gente coloca a prioridade no atendimento de políticas públicas para as mulheridades, destacando quem são as mulheres mais atingidas pelo sistema, não passa. Porque cai tudo como genérico. E o que está em todo lugar não está em lugar nenhum. Então, você não tem nem como medir a proteção às mulheres daquelas que são as maiores vítimas, mulheres negras, mulheres trans, porque você não tem a política definida para proteger essas mulheres. As mulheres como um todo não as atingem necessariamente. Mas isso é muito difícil de se fazer compreender na sociedade e dentro das câmaras, dentro das

assembleias legislativas, no parlamento. Então, quando você coloca que precisa ter políticas públicas, que precisam ser medidas as políticas, não é? Planejamento estratégico, plano plurianual, significa ter metas, metas partem de medidas, não é só o texto, cada ação tem que ser medida, quantas pessoas você vai atender. Se você coloca tudo no geral, você não pode, você pode não necessariamente atender as pessoas que são as maiores vítimas, neste caso aqui que a gente está discutindo, das violências. Assim como na moradia, no atendimento à moradia, assim como aos problemas que mais acometem as mulheres, de saúde, e assim sucessivamente em todas as áreas, no lazer. E aí você acaba não contribuindo para ter as câmaras, os vereadores e vereadoras não contribuindo para ter formas de medir a política pública e até replanejar. Então, a gente tem uma série de demandas. Isso que Maluh colocou entra ano e sai ano e a gente repete as mesmas coisas. Por quê? Porque nós não temos, de fato, políticas definidas para atender as mulheres na sua diversidade e na sua necessidade. Obrigada, Maluh. Vamos agora passar para a próxima oradora, que é a nossa Laura, jovem, que está aqui conosco, não é? Que é estudante, pesquisadora também da área, pesquisadora também do feminismo, estudante de serviço social. Com você, Laurinha. Obrigada.

**LAURA BRANDINO – ALUNA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS – COLETIVO DE JUVENTUDE AFRONTE**

Muito obrigada, Soninha, pelo convite. Obrigada a todo mundo que está aqui. Primeiro eu vou fazer minha autodescrição também, acho importante. Eu sou uma mulher de 1,65m, mais ou menos; branca; cabelo com luzes, médio assim, um pouco depois do ombro. Estou vestindo uma blusa bordô com o nome “Afronte”, que é o coletivo que eu represento, e uma jaquetinha jeans. Então, queria agradecer novamente pelo convite, pelo espaço que a gente está aqui. Eu acho que é muito importante a gente ver esse espaço, finalmente pintado de povo, com algumas mulheres, com mulheres negras, mulheres LGBTQs, alguns homens, porque não é como a gente vê, comumente, esse plenário. A gente vê, na verdade, com os representantes do outro lado. Algumas mulheres, mas a maioria que não são defensoras dos direitos das mulheres, acho que Soninha se salva, e alguns outros companheiros que estão aí nessa luta árdua. Mas quem acompanha, sabe o quanto é difícil a vivência de Soninha aqui, até porque a gente também tem diferentes expressões de violência na nossa própria vida. Quase no final também, é um pouco difícil, porque eu não quero ser muito repetitiva, mas foi algo que me saltou os olhos aqui e me salta os olhos em todos os eventos que a gente fala sobre

feminismo, onde a gente não vê homens, quase, aqui nesse espaço. A gente fica falando sobre violência e é muito importante que a gente compartilhe entre nós. Mas aquelas pessoas que perpetuam mais essa violência não estão aqui para ouvir. E, assim, esse plenário foi muito amplamente divulgado, inclusive nos partidos de esquerda, em todos os grupos que eu estou, os homens do PT, do PSOL, dos coletivos estudantis também foram convidados, mas, infelizmente, não vieram. Então, assim, hoje diria muito menos, mas eu nem cobro a participação porque eles não dizem que estão aqui para nos defender. Mas, enfim, isso é algo que é muito impressionante, que em todos os espaços, nas universidades, nas rodas de conversas e aqui também, eles não têm muito interesse em participar. Outro ponto que eu acho interessante de estar aqui nesse espaço, porque acho que é um espaço diferente para mim, pelo menos é, e acredito que para muitas de vocês também seja um espaço institucional. Porque eu lembro que a última vez que eu estive aqui, eu vim com outras companheiras para protestar contra um evento como este, uma Sessão Especial do Lúcio Flávio, que era, na verdade, sobre a morte de mulheres, que era uma sessão contra o aborto, na verdade contra o aborto legalizado, ainda mais, em que eles passaram vídeos e textos e convidaram pessoas para a Mesa para defender a vida desses fetos e que as mulheres não pudessem abortar, o quanto isso era prejudicial, trazendo *fake news*, dizendo que isso era prejudicial para a saúde, o que não é verdade e chegando ao absurdo que, assim, chega a ser engraçado de falar, que ele decidiu distribuir “abortinhos” para as pessoas, de borracha. Foi bem divertido, foi uma experiência. Então, a gente ter essa amplitude de debates que ocupam o espaço institucional e saber que o que a gente está fazendo aqui é resistência, na verdade, porque a maior parte dos debates que ocorrem aqui são conservadores e explicitam essa visão de mundo. Como a gente está aqui para falar um pouco e celebrar as atividades que vão ocorrer agora no 8 de março, agora no domingo, eu queria falar um pouco sobre o mote, que é contra o racismo, contra o feminicídio, contra o transfeminicídio e pela vida das mulheres. E aí eu me inspirei muito na fala das outras companheiras, que não é uma opção. A gente fala sobre isso, mas são adjetivos da vida das mulheres, porque sem essas lutas não tem como a gente expressar que queremos sobreviver. Como já foi dito, a maior parte das mulheres são mulheres negras. A gente tem a maior, não a maior parte, mas em questão de porcentagem, os assassinatos são das mulheres trans, são das mulheres periféricas. Então, não tem como a gente isolar a luta das mulheres de todas as outras lutas, porque nós, mulheres, estamos em todos os lugares. Nós não estamos ali isoladas no movimento feminista, não estamos isoladas ali como mães, só como

mulheres trans, só como estudiosas, só como pessoas dentro de casa. Não, nós somos tudo isso. Nossa vida tem atravessamentos diversos e eles têm que estar expressos também na luta. E estão. A gente tenta. E por estarmos ocupando tantos lugares é o que torna a nossa luta ainda mais difícil, porque a violência vem de muitos lugares. Quem está na ativa no movimento feminista sabe o quão difícil é viver dentro da luta o tempo todo. Antes de vir para cá, eu estava numa reunião com uma jovem secundarista do ensino médio que estava se interessando em participar das atividades. E o que impulsionou ela a vir buscar a gente, o movimento social, foi uma vivência de assédio que ela sofreu dentro da escola. E aí eu compartilhei com ela que o que me trouxe para a militância também, a militância socialista, o movimento estudantil, a militância antirracista, foi uma vivência minha também de assédio dentro da escola. Então, eu acho que é uma vivência muito comum, na verdade, de todas as colegas, todas as mulheres que estão aqui também, que é a vivência de violência no primeiro espaço que a gente está, que é na nossa família, e depois no espaço de socialização, que são as escolas. E quanto mais você se conscientiza, mais você aprende sobre a violência, mais difícil é, porque você começa a perceber a violência por todos os lados. Você começa a ficar na defensiva, você sofre muito. Acho que o primeiro passo do feminismo é você começar a sofrer, você estar de luto pela vida que você poderia ter se não fosse pelo machismo, se não fosse pelo patriarcado e aí você se reconhece enquanto mulher. E pra mim o próximo passo é se reconhecer enquanto coletivo, enquanto mulheridades. Porque só assim a gente consegue sustentar esse luto, que é viver essa vida sempre na luta, sempre tentando rebater, que acho que é um pouco do que o feminismo tem feito hoje. É muito triste que hoje a gente tenha que vir aqui e falar, não, Lúcio Flávio, a gente quer o aborto legal para crianças, para mulheres que sofreram violência sexual, mas eu, particularmente, quero o aborto legalizado para todo mundo, não só para pessoas que sofreram violência, não só para crianças, para mim também, se algum dia eu precisar, porque é uma violência também o controle do Estado sobre nossos corpos. Então, o que nós temos, na verdade, não é a possibilidade de conseguirmos caminhar para frente, é a necessidade de não caminhar para trás. Hoje em dia nós vivemos numa sociedade tão conservadora, que muitas vezes pensamos que houve algum avanço, mas, na verdade, ela só se modernizou. As formas de opressão, pelo menos nas vivências que eu tive e que escuto das companheiras, é só saber como se especializaram ainda mais nas opressões, como se especializaram ainda mais para serem aceitos esses níveis de silenciamento, de opressão, de violência, enfim, então, é um ponto que eu queria trazer.

E aí eu fiquei ouvindo também a companheira ali falar sobre a escala 6x1, eu acho que isso é um ponto também que a gente deve comentar, e quando eu falei sobre os atravessamentos, também é sobre isso, porque a maior parte das mulheres também está submetida a isso. E eu acredito que quando a gente tem esse nível de opressão e ver mulher, na verdade, trabalhando 7 por 0 dentro do nosso lar, a gente pensa que a gente tem a violência maior, majoritária, dentro do feminicídio, do transfeminicídio. Mas a realidade é que cada uma dessas etapas, inclusive as jornadas de trabalhos exaustivas, são um pouquinho da nossa morte. Quando a gente perde um espaço porque não conseguiu ir, porque estava cuidando da nossa casa, estava ali na nossa profissão do cuidado, que nós temos professoras, artistas, assistentes sociais, futuras assistentes sociais, enfim, que somos aqui uma profissão do cuidado. Toda vez que a gente abre mão de ocupar um espaço, de falar alguma coisa, porque não podemos estar, temos que estar cuidando, eu acho que a gente morre um pouquinho também, a voz das mulheres morre um pouquinho. Quando o homem fala mais alto com a gente, calando e silenciando, eu acho que morre a gente um pouquinho também, para chegar no ápice que é o feminicídio. Mas quantas mulheres, como eu disse, não morreram um pouquinho? O que do movimento feminista não conseguiu avançar, porque a gente não pôde estar lá. Seja porque morremos na realidade, perdemos nossa forma física, ou porque morremos também nosso espírito de luta. Então, eu acho que é importante a gente estar aqui nessa batalha com Soninha, ter conseguido trazer todas nós pra cá. É triste que ela não tenha conseguido mobilizar os homens, não é responsabilidade de Soninha, não é responsabilidade nossa tentar mobilizar os homens, é responsabilidade deles mesmos. É triste que não tenham vindo. Todas as vezes que eu estou num espaço desses eu falo isso, tomara que algum dia entre na cabeça deles, talvez se um companheiro falar, finalmente eles consigam ter essa noção de quanto é importante, mas também eu fico feliz que a gente possa compartilhar. Eu aprendo muito nesses espaços, são falas muito breves, mas eu acho que, como todo mundo aqui, senti um arrepio, anotei o que estava sendo dito, porque cada espaço, cada palavra que vocês falam também são um tijolinho na luta feminista. Então, queria agradecer pelo espaço, por todo mundo que teve paciência de ouvir e agradecer principalmente à professora Milena, que vai falar aqui depois de mim. Sonia, ela me apresentou enquanto pesquisadora feminista. Eu tento, né, guiar minhas pesquisas também a partir do feminismo, mas quem me apresentou, me acolheu na universidade pela primeira vez, quem me ensinou a pesquisar, logo pesquisando o feminismo, foi a professora Milena.

Acho que foi a primeira pessoa que me ensinou de fato a ler os textos, a ter o reconhecimento de o que é ser mulher e o que é a violência, de fato, estrutural. Eu já sabia na vivência, sabe? Mas quando você combina com a teoria, é um pouco mais assustador, mas é esclarecedor também. Então, enfim, muito... muito respeito, muita felicidade poder compor a Mesa com ela. Muito orgulho. Obrigada, gente!

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Laura, por representar aqui uma parte da juventude, que tem que ter fala, que tem que ter seu lugar de fala. É fundamental isso. Nós estamos com uma política que tem... onde a gente tem defendido todos os dias: criança, adolescente, juventude, tem que ter lugar de fala, tem que trazer suas motivações para continuar fazendo essa luta, porque o futuro não é amanhã, o futuro é agora. Se nós não construirmos agora, no presente, não tem futuro. Hoje, logo cedo, eu fiz uma fala aqui sobre o ataque de Israel ao Irã e o poder do imperialismo, e citei exatamente isso que Zezé estava conversando com nossa companheira Adenilde. Porque em Gaza também ocorreu isso em hospitais, escolas. Por que os bombardeios são exatamente nesses espaços, nesses lugares? Que é para você romper com a possibilidade de reprodução do tecido social, da cultura, do modo de vida e organização daquele povo. Isso não é... Eu fiz essa fala aqui hoje exatamente nesse sentido, Zezé. Acho que tem toda razão e aí nós precisamos continuar muito atentas. A violência contra as mulheres e as meninas, que está na base da estrutura da nossa sociedade, os meninos também são violentados, mas as meninas são mais violentadas, porque essa violência, ela está na base da estrutura da sociedade, e ela também tem cor, tem etnia, tem raça, e nós precisamos trabalhar nesse sentido. E não é à toa também que o domínio sobre nossos corpos, nossas “corpas”, precisa também ser combatido. Então, quando é trazido alguns elementos aqui da população trans, é fundamental que a gente atente para isso e que a gente construa uma outra cultura por diversos meios. Na procuradoria nós vamos fazer isso, divulgando, colocando, tem que ter um letramento, um letramento para as pessoas, né? Homens e mulheres têm que estar lá, público. A rede social, ela serve tanto para o bem quanto para o mal. Ela está sendo utilizada muito mais para o mal do que para o bem. Então, nós mulheres — que eu disse hoje também aqui pela manhã — somos nós mulheres que organizamos as grandes lutas pela soberania, pelo acesso à água, as grandes lutas contra o imperialismo é feito por nós mulheres; contra o autoritarismo, contra a opressão é feito por nós mulheres. Quem é que vai para a rua lutar por creche? As mulheres. Quem

vai para a luta lutar para que os alimentos baixem de preço? São as mulheres. Quem é que vai lutar pela água? São as mulheres, porque elas sabem o que elas passam sem água. Quem é que vai lutar pelo direito à sua existência? São as mulheres. Então somos nós! Pelos filhos são as mulheres. Quem é que organiza a economia doméstica? São as mulheres. Então, nós precisamos reforçar e trabalhar isso, e a educação é fundamental. Por isso que a gente também não deixa de ir para a escola, porque é na escola que a gente tem que valorizar o trabalho das professoras e professores. Eu vou publicar depois nas nossas redes e na procuradoria também o material que nós filmamos e fotografamos ontem em uma das escolas que fomos. O trabalho que as professoras estão fazendo para educar as crianças que não podem ser criadas e reproduzir a lógica machista e da misoginia, que é isso que as nossas companheiras colocaram: matam, violentam por serem mulheres, porque isso é a misoginia, né? É o ódio às mulheres. As mulheres não podem enfrentar o domínio e o poder do homem. Antes de passar para a professora Milena, bem rapidamente, nós fizemos um recorte muito breve do site da Secretaria de Mulheres, da SPM, que é do Estado, que foi criado, na época inclusive trabalhava lá a nossa companheira Erika Leite, criou o Observatório Maria Beatriz Nascimento, não é isso? E nesse observatório, que antes a gente ficava coletando os dados em várias secretarias, em tudo que é lugar, então, graças a esse observatório que foi criado no Estado, a gente consegue ter dados importantes para que a gente possa tomar como referência. Então, a nossa equipe, ela selecionou poucos por conta do tempo, mas para dar uma dimensão, porque nem sempre a gente tem tempo de estar olhando, está pesquisando, está juntando os dados, fazendo análise, que eu acho que tem muito a ver com o Estado e com Aracaju. Nós destacamos Aracaju, propositadamente, mas lá tem de todos os municípios. E aí eu gostaria de passar aqui agora bem rapidamente para a gente ler esses dados. E lembrando também que existe muita subnotificação, certo? Que não é algo fácil também da gente aprender. Então, aqui a gente pode... Em? Mas dá para eu ler daqui. Está bom, está ótimo. Dá para todo mundo ler, não é? Pode passar. Então, dados de Sergipe, o mapa da violência de 2025. Nós somos a maioria da população, certo? Então, partindo desse pressuposto, aí nós vamos observar pela raça, olhe, parda, olhe o número, 24.892. Branca, 10.266. Preta, 6.404. E se você junta preta e parda, você vai ver o número. Código inválido é quando não conseguiu identificar, raça não informada, amarela e indígena, até porque nós temos uma população indígena que foi exterminada praticamente, mas se tivéssemos uma população indígena como nós tínhamos no nosso país, com certeza esse número também ia ser muito próximo das

violências raciais. Então isso aqui já mostra, já faz o recorte para onde a política tem que ser dirigida também, das prioridades. Violência sexual, observem. Estupro, importunação, assédio, registro não, ato obsceno, ali eu agora não sei, eu tenho que olhar, mas eu acho que é um não autorizado, não sei, alguma coisa que não foi possível identificar, em perigo de contaminação, violação sexual. O estupro é o maior número seguido da importunação. E olhe que nem sempre as mulheres identificam que elas estão sendo importunadas. Então a subnotificação vem até pelo desconhecimento das mulheres de que importunação, o que é importunação e que importunação é violência. Não só o assédio, não sabe diferenciar importunação de assédio. Então esse número é alto. Aí nós vamos para a violência patrimonial. Observe ali, estelionato, furto. Estelionato e furto são os maiores, seguido do dano, do roubo, da apropriação, da extorsão. Hoje, eu estava comentando aqui um fato de extorsão que aconteceu comigo. Por ser mulher, você acaba sendo extorquida nos lugares onde você vai, seja em uma oficina, seja em situações diversas que você acaba passando por extorsão. Isso não é só familiar, isso é na sociedade. Quando aqui se coloca que não há lugar seguro para nós, é porque não há lugar seguro mesmo, em nenhum espaço. Receptação e extorsão. Agora eu tenho que ver... Só olhando aqui, abrindo aqui para olhar. Então, o número altíssimo de violência patrimonial. Aqui nós pegamos esses dois tipos de violência, porque vai sendo tratada... Aí a violência física, lesão corporal, vias de fato, maus tratos e também lesão corporal. Acho que aí a lesão corporal que leva a consequências mais danosas. E tem a violência psicológica. A violência psicológica também é muito alta. E essa violência psicológica... ontem nós estávamos discutindo isso com as mães na escola. Como muitas vezes os homens nos tornam reféns exatamente a partir da violência psicológica para a gente não sair da relação, não é? Como se nós dependêssemos dele, não é uma questão só financeira, é uma questão emocional, como emocionalmente a gente se sente. É lógico que isso é introduzido na sociedade desde sempre, como se todas nós dependêssemos de um homem para poder viver e nos proteger. Então essa lógica, e é tudo o contrário, porque é justo na família onde acontece os maiores índices de violência, violência física, de estupro, porque mesmo você tendo um companheiro você pode ser violentada, porque você não pode negar nada pra ele que ele lhe violenta, ele não admite isso, que é o domínio sobre o seu corpo, a posse, o sentimento de posse. Então é muito sério e é justo na violência psicológica que nós mulheres acabamos por não conseguir muitas vezes romper com o próprio relacionamento. Pode passar? A violência moral, injúria, difamação, calúnia, existe demais e nem sempre as mulheres

também identificam como violência, certo? Então, aí nós voltamos, nós pegamos apenas esses e tem também na cidade de Aracaju, aqui é em Aracaju agora. Vocês vejam aí Aracaju no pedacinho, o número como é alto em Aracaju de violência da cor das mulheres pardas e mulheres pretas, certo? Aí vamos para mais adiante. Agora em Aracaju vejam, o turno em que a violência mais acontece, né? Então, o turno, ele praticamente, olha, matutino, vespertino, é onde mais acontece. E ali tem os dados, gente, dos bairros onde tem o maior índice de violência contra as mulheres. Pureza, a gente trabalhou há 10 anos atrás, eu acho, tem uns 10 anos ou mais, o plano de enfrentamento à violência de Aracaju. Lembra, Pureza? Até hoje eu tenho ele aqui. Para elaborar esse plano de enfrentamento à violência, nós fizemos um estudo na época, e os bairros que nós identificamos na época, eles mudaram também. Alguns bairros de uma classe social até mais elevada passaram também a ter um número grande de violência. Então observem aí, olha, Atalaia, Santa Maria, Coroa do Meio, Santos Dumont, Farolândia, Luzia. Na época parecia muito o bairro América. Não é que tenha desaparecido, mas esses são os maiores índices que nós encontramos agora pelos dados oficiais que a secretaria conseguiu captar, né? De 2025. E aí a maior parte ali na residência, nos ambientes virtuais e outros seguindo aí essa ordem. Os ambientes virtuais têm sido algo impressionante. Inclusive nós que estamos na política sofremos estupidamente nos ambientes virtuais. Capacitismo, etarismo, nós vamos processar agora, vamos começar a processar. Linda vem sofrendo e denunciando isso, os ambientes virtuais têm sido altamente tóxicos e violentos contra nós, então nós precisamos agir. E aí vem violência, o ranking da violência em Aracaju também, violência moral, injúria, difamação e calúnia, estelionato. Então, aí são algumas informações que a gente pode suspender, mas isso foi apenas uma amostra. Nós estamos nos baseando nos dados para poder defender as políticas públicas, porque esse debate que nós estamos fazendo aqui hoje não é apenas para denunciar, é para dizer que nós estamos unidas em torno, é uma luta comum, e que precisamos, não só das campanhas, precisamos fortalecer essa luta coletivamente para exigir o que é de direito nosso. A proteção à mulher só vai se dar quando uma rede de cuidados, de fato, existir. E a rede de cuidados não pode ficar sob a responsabilidade apenas das mulheres nos seus territórios. A rede de cuidados tem que ser mantida e estruturada por políticas públicas, porque as mulheres nos territórios já sofrem nos seus territórios, principalmente nas periferias, inúmeras dificuldades para contribuir com essa rede de cuidados com outras mulheres e elas já fazem isso, com algumas exceções, mas são as mulheres mais pobres,

as mulheres pretas que conseguem criar sua rede de cuidado para proteger a outra e não julgar. Antes de julgar, ela vai lá e segura e pega na mão. As comunidades de fato, que existem enquanto comunidades, elas são as mulheres que se organizam. Quando faz a luta pela creche, é isso. E quando a mulher sofre a violência, é a outra que chega, com raras exceções, mas essa rede de cuidado não pode ficar sob a responsabilidade das mulheres, ela tem que ser responsabilidade de toda a sociedade, de políticas públicas que enfrentem isso, então a gente precisa trabalhar muito com os homens com a educação e a cultura para que a gente possa inverter essa lógica. E nós vamos fazer isso, nós estamos fazendo e vamos avançar fazendo isso. Depois a gente conta mais. Vou passar agora para a nossa companheira também, Milena, que é professora da universidade, é doutora, é professora. Pode ir, Milena, é professora da Universidade Federal de Sergipe. Estou vendo aqui as credenciais dela, para falar mais. É que o celular aqui... E é muito bom porque Milena é uma estudiosa, Milena é estudiosa da área. Ela é ex-dirigente sindical da Adufs e do Andes. Pesquisa relações de exploração, opressão de gênero, raça e etnia, geração e sexualidades. Obrigada, Milena.

#### **MILENA BARROSO – PROFESSORA DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFS E DA UFAM**

Gente, boa tarde. Uma “resposta”, falar depois dessas mulheres. Primeiro, Soninha, agradecer muitíssimo a você por essa oportunidade, por esse espaço, por mais uma vez estar pautando essa discussão tão importante. E acho que é muito importante a gente destacar a relevância de termos uma vereadora mulher feminista comprometida com a luta das mulheres trabalhadoras, com as “mulheridades”. Acho que isso faz toda a diferença, e as que me antecederam já destacaram. Não basta ser mulher nessa representação política, mas uma mulher comprometida com essa pauta, com as nossas lutas. Então, Sonia, muito obrigada. E a gente sabe que não é uma experiência fácil, não têm sido dias fáceis, mas como você bem trouxe aqui no seu adesivo, acreditando que dias melhores virão, a gente segue aqui. Fazendo aqui a minha descrição: eu sou uma mulher parda de descendência indígena, de baixa estatura, com cabelos ondulados abaixo dos ombros, uso óculos, estou vestida aqui com vestido marrom e com um casaquinho laranja. Quero saudar também minhas companheiras de mesa, Adenilde, que saiu, mas que fez uma fala bem importante, Jeane... Muito importante a luta das mulheres negras aqui em Sergipe. Malu, querida, muito importante o trabalho que vocês fazem também, trazendo a pauta e toda a luta da diversidade das mulheres trans.

Laurinha, querida, uma honra também estar com você. Está dando aula, é um orgulho para a gente da universidade termos estudantes também comprometidas com a luta das mulheres. E a todas vocês que estão aqui, a gente sabe que qualquer uma de vocês poderia estar aqui falando nesse momento em nosso nome, porque nos representam muito também. E tem uma jornada, quem está aqui tem uma jornada de luta, está nas ruas, tem um compromisso com essa pauta, com essa discussão nos vários espaços que ocupa. Então, muito obrigada por essa oportunidade de diálogo. E é muito importante que a gente possa, mesmo que em mais um 8 de março, trazendo dados como esse que a Sonia trouxe, fortalecer a nossa luta coletiva. E aí eu começo dialogando um pouco sobre o mote desse 8 de março. E entendo que, apesar de longo, do ponto de vista de uma divulgação, mas foi um mote muitíssimo acertado. Porque eu acho que enfrenta algo que a gente já tem chamado a atenção, que é a importância de conectar as violências para conectarmos as lutas. Um dos grandes desafios, nós avançamos no debate da violência contra as mulheres. Nós avançamos no debate, inclusive, acho que é importante dizer isso, quando eu digo avançamos no debate, resultado da nossa organização política. Mas um dos grandes desafios, e a gente tem dito isso, tem sido ainda uma fragmentação dessas violências. E pensar que essas violências estão conectadas, e acho que quando a pauta do 8 de março é pela vida das mulheres, basta de feminicídio, transfeminicídio e racismo, por maior representação política, pela soberania dos povos e pelo fim da escala 6 por 1, a gente conecta essas diferentes expressões de violências e também conecta as lutas para o enfrentamento a essas violências. Então isso é muito importante. Eu acho que nesse debate, quando eu pensei assim, o que é que eu vou falar? E depois de ouvir a Mesa, de que forma eu posso contribuir com essa discussão? E aí acho que tem duas grandes dimensões dessa discussão. Uma é a parte conjuntural, que eu acho que já foi muito bem destacada. E nós temos uma outra que é a importância de pensar os fundamentos dessas opressões, dessas violências que nos conectam. E aí eu pensei de trazer um pouco de uma discussão a partir dessas duas dimensões. E aí, do ponto de vista conjuntural, não vou me estender muito, porque eu acho que já foi bastante colocado o cenário marcado pelo avanço do neoliberalismo, que algumas autoras, inclusive, têm falado de um ultraneoliberalismo, pelo forte ataque aos nossos corpos e “corpas”, um fortalecimento da extrema direita e intensificação das dinâmicas do imperialismo, processos que se articulam a uma onda neoconservadora que coloca em risco a soberania dos povos, dos países e expõem nossos corpos, corpos e “corpas” de mulheres e meninas às mais diversas violações e violências. Então, o

cenário é de guerra. Não tem outro nome. É de guerra e é de crise estrutural. De crise estrutural de várias dimensões da vida. E aí eu não posso deixar de falar dos ataques à Palestina, ao Irã, como vocês bem colocaram, à Venezuela, ao Haiti, que a gente às vezes esquece, mas não podemos deixar de falar. E entre outros, onde os interesses econômicos se sobrepõem ao direito dos povos, à soberania e à determinação. E também, gente, estou falando aqui de um contexto internacional, mas essa guerra está colocada também internamente no Brasil. E eu acho que é bem importante pensar as políticas de extermínio da população negra, o genocídio da nossa juventude negra, o avanço da invasão, é invasão mesmo, não é ocupação, é invasão de territórios tradicionais e indígenas, é uma crise climática que resulta dessa expropriação dessas terras pelo uso dos recursos naturais de forma indevida, do desmonte dos direitos e da precarização das condições de trabalho, e aí, acho que Sonia bem disse agora, que incide de forma direta e particular sobre a vida das mulheres. Então, a gente tem compreendido que esse cenário, ele incide diretamente nessa escalada de violência, incluindo o aumento dos registros de violência, de feminicídio, de transfeminicídio e de diversas outras expressões dessa violência. Mas eu acho que é importante a gente destacar que essa violência não é algo novo, que ela não está aparecendo com esses dados agora nessa realidade. Porque a forma como a mídia traz a espetacularização de determinados casos, a abordagem midiática que se faz... Faz-nos pensar de forma aparente que agora nós temos um boom da violência. Será se nós temos um boom da violência contra as mulheres ou nós temos um aumento dos registros dessa violência? Pensando nisso, a gente entende que esse é um fenômeno histórico. Não é algo novo. E ele não é um fenômeno simples, como vocês disseram. É um fenômeno complexo. Ele é estrutural. Mas não é estrutural como um tipo de violência. Não é uma tipologia da violência. Ele é estrutural porque ele estrutura as relações nessa sociedade. Essa sociedade não existe sem a violência contra as mulheres. Ela é estrutural e estruturante das relações sociais. E ela é estruturante pela abrangência, pela naturalização, pela banalização. Então, isso que vocês bem disseram, não há espaço seguro para as mulheres. Não há, não há universidade, não há escola. A gente acreditou por muito tempo que o lugar perigoso para as mulheres seria onde? A rua. Então, era perigoso mulher sair às ruas sozinha à noite. Mas os dados nos mostraram que o grande perigo estava onde? Em casa. Então, o lugar perigoso hoje, o considerado lugar mais perigoso para as mulheres é a casa. E não vou muito longe, nós fizemos uma pesquisa nas principais universidades do Amazonas, e o lugar mais perigoso para as estudantes

naquele espaço era a sala de aula. Como explicar a sala de aula como um lugar inseguro para mulheres? Essa é a violência estrutural contra mulheres. Então, não há espaço seguro e não há relação segura para as mulheres. O casamento, a família, a paternidade, a maternidade, não há relação segura para as mulheres. Estamos em risco. A violência, ela se dá ou de forma direta ou de forma indireta pela ameaça. Então, ameaçadas estamos todas nós de forma particular, e aí vocês bem disseram quando colocam que determinados corpos e “corpas” têm uma experiência mais exposta a essa violência pelas desigualdades de classe, de raça, étnico-raciais que atravessam essa desigualdade, mas estamos todas nós expostas, direta ou indiretamente. E, porém, a banalização, a naturalização dessa violência nos leva a crer que essa violência, muitas expressões delas se confundem com o próprio modo de ser da sociedade. E eu não estou falando nem com as tipificações. Porque o que foi tipificado foi resultado de muita luta do movimento feminista. Hoje, o que a gente entende por feminicídio, por transfeminicídio, por assédio, o que a gente entende por violência doméstica é algo recente. As mulheres eram mortas e essa morte de mulheres era considerada legítima, com a defesa de legítima defesa da honra. Então veja, Sonia eu tenho mais um tempo, 2, 3 minutinhos para encerrar? Então, eu penso que é muito importante a gente pensar esses elementos e enxergar nos fundamentos dessa violência, que aí a gente tem entendido que é a sociedade hetero, cis, patriarcal, racista, capitalista. E a nossa leitura de que é essa sociedade, é esse sistema que justifica, que explica, que produz, que reproduz essas violências e a dominação masculina, que também não é a responsável... E eu acho que um dos outros desafios da discussão desse tema, do debate das opressões, da exploração, é a gente tratar a discussão como algo no campo da moral ou das relações individuais, pessoais. Esse é um tema que atravessa a nossa subjetividade, mas é uma questão ampla, social, estrutural, e que, por tal, não deve ser tratada do ponto de vista individual. As saídas são estruturais. Ou a gente trata essa violência como uma questão complexa, ampla, social e retira do campo do privado e dessa ordem moral, ou a gente vai continuar enxugando gelo. Essa é a sensação, isso Laura trouxe um pouco. Mas esse pessimismo, ele é importante, mas é necessário que a gente pense na organização das mulheres e no quanto o movimento feminista, o movimento de mulheres negras, o movimento de mulheres indígenas, o movimento da LGBT, o movimento das mulheres trans, tem pautado, tem trazido pautas importantes e feito esse movimento avançar. Não estamos no mesmo lugar. Houve deslocamentos importantes. Então, eu acho que essa luta, eu tenho muito acordo com vocês, não pode ser uma luta

só das mulheres. Ela precisa ser... A gente precisa exigir um compromisso de toda a sociedade. E aí eu falo de homens e mulheres, mas eu estou chamando a atenção aqui de gestores públicos, lideranças religiosas. Eu estou falando de representantes institucionais, os sindicatos, as escolas, associações, todas as pessoas que se dizem comprometidas com a sociedade melhor, mais justa. Eu penso que nenhuma mulher, nessa compreensão, deve ser culpabilizada, responsabilizada por qualquer violência que sofra. Que possamos nos seguir nos fortalecendo coletivamente. Esse espaço de mulheres é muito importante. Eu saio daqui mais fortalecida ainda para seguir essa luta. E eu imagino que essa é a força que nos mobiliza nesses encontros. E lutar por políticas públicas, mas não por políticas públicas que apreendam a violência a partir de uma perspectiva moralizante, mas que entendam, de fato, que essa violência é estrutural e, como tal, devemos proteger e garantir segurança às mulheres. A gente fala muito de criminalização da violência. A criminalização, ela é um elemento dessa estrutura social que também contribui para ampliar a violência contra as mulheres, se a gente pensar do ponto de vista estrutural. Ela atende a uma demanda nossa de forma imediata, mas ela não resolve a estrutura social que produz essa violência. Então, o que nós precisamos é de proteção. A gente precisa de garantia de orçamento. A gente precisa que os projetos que Soninha, que Linda Brasil, sejam aprovados. A gente precisa de políticas públicas que verdadeiramente atendam a essas demandas que foram colocadas aqui. Então, eu termino a minha fala com Conceição Evaristo, numa citação de um livro que eu gosto muito, que é “Olhos d'Água”, e ela diz: “eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”. Então, sigamos, companheiras. Muito obrigada.

#### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO ESPECIAL PROFESSORA SÔNIA MEIRE - PSOL**

Obrigada, Milena. É super importante a gente ir à raiz do problema. Acho que as nossas falas aqui levam a essa reflexão. É uma luta contra essa estrutura, a transformação dessa estrutura antirracista, patriarcal, capitalista. Não há saída para nós dentro dessa estrutura. Não tem saída. E aí nós temos que continuar a luta. Eu vou passar agora a palavra para as pessoas que já, inclusive, marcaram aqui desde o início que gostariam de falar, que estão aqui no plenário, para que vocês possam também participar desse momento, colocando o seu acúmulo, o que têm refletido e o acúmulo também. Vou começar aqui com Bruna, que é coordenadora do Movimento de Mulheres Olga Benário, para que ela possa fazer uso da palavra. Vamos marcar um tempo de 3

para chegar a 4, para dar mais direito às mulheres falarem, né? Vamos lá. Vamos lá. É para que mais pessoas possam falar. Se uma falar menos, sobra tempo pra outra, né? E vai. Tá bom? Depois de Bruna vai ser Pureza Sobrinha.

**BRUNA SANTOS – COORDENADORA DO MOVIMENTO DE MULHERES  
OLGA BENÁRIO E VICE-PRESIDENTE ESTADUAL DA UNIDADE POPULAR  
PELO SOCIALISMO**

Boa tarde a todas as companheiras que estão aqui, companheiras de luta. Queria começar saudando a categoria Síntese, que é formada principalmente por mulheres e que hoje, corajosamente, deflagrou greve por tempo indeterminado. Então, os professores estão dando aula na rua para a sociedade de como é que, historicamente, a gente conquista direitos, que é lutando na rua. Com isso, queria também falar, iniciar a minha fala do que a gente tem projetado e se organizado para que, como seja esse 8 de março, que vai ser agora domingo, no Bugio, às 8 da manhã, na feira, dialogando com as trabalhadoras e trabalhadores. Que esse 8 de março seja um dia de luta, das mulheres de luta na rua, contra a violência, feminicídio, transfeminicídio, contra, com um sentimento profundo anti-imperialista, porque não está desconectado da nossa violência, do aumento da violência, o fascismo, o império dos Estados Unidos que tem tentado roubar nossas riquezas e nos abusam de todas as formas. Também pelos sonhos, né? Pelos sonhos, planejamento e luta e construção que a gente tem feito aí enquanto movimento social e sociedade por uma sociedade diferente, sem exploração, por uma sociedade socialista. E queria falar um pouco, acho que já trouxeram bastante a análise de conjuntura. Em 2025, foram 1.568 feminicídios. A violência, o grau de violência, a gente sabe que é subnotificado porque ainda, massivamente, as mulheres não denunciam. Essa é a realidade. E queria trazer um pouco essa reflexão sobre o nosso estado, Sergipe, onde a gente mora. Como vamos falar, definitivamente, de combate à violência contra a mulher sem dinheiro? E eu acho que isso é um ponto central que a gente, às vezes, fica muito no abstrato, sendo que a resolução é também na realidade concreta do nosso dia a dia. Então, como que a gente vai falar do combate à violência contra a mulher se a empresa hoje, uma das empresas que fazem o atendimento do 190, que é onde mais caem as denúncias de violência, é uma empresa privada aqui no estado, que é a Oi Soluções. E uma empresa essa, inclusive, que boicotou todo o processo de conexão pra gente conseguir ter melhores dados em relação às vítimas sem incidentes. E

isso é uma denúncia do próprio Ministério Público, que a Rede de Mulheres Negras teve numa reunião...

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO ESPECIAL PROFESSORA SONIA MEIRE - PSOL**

É porque tem uma programação, aí ele vai apitando dentro da programação.

**BRUNA SANTOS – COORDENADORA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENÁRIO E VICE-PRESIDENTE ESTADUAL DA UNIDADE POPULAR PELO SOCIALISMO**

Como que a gente vai falar de combate real à violência contra a mulher quando, no Estado todo, tem apenas 2 casas de passagem? Então, quando a gente fala de combate à violência da mulher, a gente está falando de disputar os recursos, porque são apenas 11 delegacias especializadas no estado todo, sendo que boa parte não funciona 24 horas, como é o caso de Lagarto, Isso, como o caso de Lagarto, que, por exemplo, funciona em horário apenas convencional, de segunda a sexta-feira, até 17 horas da tarde. Como falar realmente de combate à violência contra a mulher se o nosso povo, as nossas mulheres em Aracaju e no estado estão passando fome e não conseguem se liberar de dentro das suas casas, da situação de violência, muitas vezes, desse marido que mais traz prejuízo e trabalho do que realmente contribuição dentro de casa? Então, como levar a sério, por exemplo, o descompromisso que o governo federal, mas também aqui no estado, tem com as mulheres, sendo que, entre 2024 e 2025, de toda a promessa de verba de combate à violência contra a mulher, apenas 15% em 2 anos foi executado? Então, aqui é uma crítica que o movimento, inclusive, faz ao pacto, porque palavras vazias não nos salvam mais. Vídeos dizendo “parem de nos matar” não nos salvam mais. A gente, enquanto mulher, a gente não quer mais um papinho de que estamos cansadas de violência, temos aí o apoio, a gente te apoia e ponto, acabou. A gente quer disputar o recurso público. A gente quer estar dentro do orçamento, de fato. E a gente não vai avançar nenhuma política pública sem dinheiro. Essa é a realidade. Então, a gente não tá brigando para que a gente tenha algum tipo de privilégio por ser mulher, a gente está brigando para que a gente tenha recurso, para que, de fato, a gente tenha a nossa vida salva, porque menos dinheiro significa mais morte, na conjuntura que a gente está. E aí, para finalizar, porque já passei um bocado, já passou de 5, queria finalizar aqui, chamando todas as companheiras e companheiros, inclusive também, para estar dia 8 de março junto com a gente, nas ruas, lutando e dialogando com a

sociedade, porque é nesses espaços também que a gente vai convencer a sociedade a disputar o poder, a disputar o poder de fato dentro da nossa realidade, e a construir uma realidade nova, que é onde a gente, de verdade, vai ser livre, que é dentro do socialismo. Concluo.

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO ESPECIAL PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Bruna. Obrigada também pelo convite que a gente tem feito também, divulgando desde o início da semana, e a procuradoria vai estar lá também somando, muito importante, todo mundo. Dia 8, a partir das 8 horas da manhã, lá na Feira do Bugio, a mulherada estará na rua. Paula Alday estará lá conosco, apresentando também aí uma mulher das artes, do circo, do teatro. Obrigada, Paulinha. Obrigada. Pureza Sobrinha.

### **PUREZA SOBRINHA – UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM/SE)**

Boa tarde, Professora vereadora Sonia Meire, que está muito bem conduzindo essa sessão. Parabéns pela iniciativa neste momento tão importante. Quero também dar uma boa tarde, parabenizar as companheiras da mesa pelas falas, pelos temas que trouxeram para cá, para esse debate. Uma boa tarde a todas e todos aqui do plenário, “todes”. Não sei se tem alguém lá em cima da galeria, que daqui não dá pra ver, mas, assim, um momento muito importante, que não poderia deixar de ser, e conhecendo o perfil da vereadora Sonia, que sempre esteve nessa linha de frente da defesa das mulheres, da defesa da classe trabalhadora, dos direitos da sociedade. E trazer esse debate aqui para esta Casa é muito importante, a Casa que legisla, que fiscaliza, que apresenta as leis e que, tendo uma vereadora da estirpe de Sonia, que bem representa as mulheres, bem representa a sociedade aracajuana, é fundamental trazer esse debate para dentro e, principalmente, a gente, todas que fazemos o movimento, levar esse debate para fora. Continuar levando, porque, na verdade, ele já existe desde sempre. E a necessidade, ela se intensifica cada vez mais. Há essa necessidade da intensificação desse debate. E eu não vou repetir aqui as falas, porque todas apresentaram dentro do mote, inclusive, do 8 de março. E eu estava no início, Sonia, quando você chegou, eu falava que conjuntura é essa que a gente vive. Já foi, inclusive, relatado. Mas eu queria destacar 2 pontos, assim que eu acho relevante a gente continuar debatendo que é essa conjuntura que a gente vive com a ofensiva imperialista, cruel, gananciosa, que se arvora em determinar como o mundo tem que se portar, elege quem são os inimigos, e

ataca ferozmente e algo que me chama a atenção e é importante, eu acredito que para vocês também, que existem pessoas que estão muito, como é que eu quero dizer, indiferentes ao que está acontecendo no mundo, dizendo: “Ah, não, e o que eu tenho a ver com isso? Sei lá, a briga é deles.” Gente, o que está acontecendo no mundo diz respeito a todas e todos nós aqui no Brasil. A guerra, porque a guerra não é no Brasil. Aí eu citei um fato, olha, como é que a guerra atinge nós? Basta o barril de petróleo aumentar. E aí a gente tá vendo aí o Estreito de Ormuz sendo fechado, por onde passa 20% da produção de petróleo no mundo, e que isso atinge o mundo inteiro. Quando o petróleo aumenta, aumenta tudo, e aumentando tudo atinge todo mundo, porque os produtos vão aumentar, inclusive a alimentação. Aí a gente tem ainda esse trabalho, ao invés de nós estarmos debatendo sobre outros direitos das mulheres, sobre o direito à moradia, o direito ao trabalho, a redução da jornada exaustiva, opressora, essa jornada de trabalho, direito à creche, a gente está tentando convencer as pessoas de que a guerra diz respeito a nós. E outra questão é essa da violência. Para não me estender muito, porque não tenho tempo, eu queria chamar a atenção para 2 fatos. Um, que aconteceu hoje, em Estância, foi hoje, não foi em Estância? E eu vi uma fala da Secretária de Política para as Mulheres, do Governo do Estado, doutora Georlise, indignada, e eu concordei com ela, eu estava com a minha irmã na hora, que enquanto o marido, era marido, espancava a mulher na rua, tinha pessoas filmando e não entrevistaram. Filmaram para publicar na mídia. E ela estava responsabilizando por omissão essas pessoas que estavam presenciando uma mulher sendo espancada e não fizeram nada. E a gente ter que estar travando esse debate de conscientização. E outro fato que aconteceu, não é um fato, foi um relato, na verdade. Ontem, eu estava num atendimento médico e passei primeiro pela enfermagem, e era numa clínica, que é a clínica que é da caixa de assistência dos funcionários do Banco do Brasil, eu sou assistida lá. E a técnica de enfermagem, que é uma jovem, e eu estava com a pressão alta. Ela falou, por que você está com a pressão alta? Eu fui dizer, a gente está em uma frente de luta, em várias frentes, porque quem é ativista atua em várias frentes. E aí falei sobre a discussão do 8 de março, o ato do 8 de março, qual era a temática, e ela disse: Eu vou dizer uma coisa pra você. Eu venho de um lar de agressão. O meu pai batia na minha mãe, era uma jovem, técnica de enfermagem. E ela se separou, o meu pai até constituiu outra família, mas graças a Deus minha mãe conseguiu se separar e eu vivi a minha infância e adolescência nesse ambiente. E hoje eu estou na academia fazendo jiu-jitsu, não por uma questão até mesmo da atividade física em si, ou de ficar em forma e tal, mas tanto

eu, quanto as mulheres que estão lá na academia que eu frequento, estão fazendo artes marciais para se defenderem dos homens. Gente, e ela falava quase chorando isso. A gente chegar num patamar desse, patamar nem sei se é o termo apropriado, de mulheres terem que fazer, se prepararem em lutas determinadas para se defenderem dos homens. E aí, para finalizar mesmo, quarta-feira de tarde, a gente conversava com o presidente dos sindicatos bancários, ele dizendo: “Pureza, eu estava conversando com colegas aqui, que eu me sinto envergonhado de pertencer ao gênero masculino”. Hã? Não entendi. Ah, para concluir, pronto. Bom, concluindo é isso, gente. Só para colocar o quanto, o quanto, quanto a luta a gente vai ter que empreender. E parabenizar a Sonia mais uma vez, não é? E por ter, inclusive, trazido esses dados que é da Segurança Pública, porque finalizando mesmo, tem pessoas perguntando, onde vocês inventaram esses dados? Nós não inventamos, esses dados são oficiais, mas a Secretaria de Segurança Pública, da Secretaria de Segurança Pública, é do Ministério da Justiça, mas eles podem muito bem inventar. Olha, como é que a Delegacia de Polícia vai inventar um dado, não é? Olha, às 8 horas e 23 minutos, dia 2 de fevereiro, aconteceu. Não inventa, gente. Esses são dados oficiais. Muito obrigada. Desculpe a extrapolação do tempo.

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO ESPECIAL PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL**

Tranquilo. Vamos caminhando. Agora, obrigada, Pureza. Geovana, Geovana Soares.

**PUREZA SOBRINHA – UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM/SE)**

Só um pouquinho, gente. Às 17 horas, eu vou precisar me ausentar, viu? Infelizmente, eu já tenho outro compromisso, e se não encerrar aqui antes...

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO ESPECIAL PROFESSORA SÔNIA MEIRE – PSOL**

E a Adenilda pediu desculpas, ela tinha uma consulta médica agora, viu?

**GEOVANA SOARES – MEMBRO DA AMOSERTRANS E ASSESSORA DA DEPUTADA ESTADUAL LINDA BRASIL**

Calma, eu vou tentar ser breve, até em respeito às mulheres trabalhadoras da Casa, né, que precisam voltar para sua casa. Então, acho que a gente também precisa ter essa consciência. Aí eu falo tudo isso e passo do tempo, mas porque 3 minutos é

babado. Gente, eu tenho algumas coisas para falar. Primeiro, eu queria justificar a ausência da deputada Linda Brasil. Ela está em uma agenda em Glória, que, inclusive, era para eu estar, só que nessa confusão de muitas agendas de 8M, eu acabei esquecendo. E o pessoal mandando mensagem para mim, Geovana. Eu falei, mas que bom que a deputada foi estar lá. Então, eu estou aqui também representando a “mandata” da deputada. Então, eu queria justificar essa ausência dela, não é? Eu acho que esta semana, na verdade, esses dias, tem sido muito difícil ser mulher no nosso país, não é? E eu acho que esse momento é um momento pra gente se fortalecer também, porque eu acho que toda mulher, assim como eu, está com aquele nó na garganta, está com aquele engasgo de tantas notícias de violência no Brasil inteiro. É um momento de se fortalecer, é um momento de resistência, é um momento de união de nós, não é? Mulheridades. Mas é o momento também da gente cobrar do poder público que chegue junto, não é? Porque eu acho engraçado que, nos discursos, todo mundo é contra a violência contra a mulher. Nos discursos, todo mundo é contra o estupro, todo mundo é contra a pedofilia, até o pedófilo ser seu pai, seu irmão, seu esposo, seu filho. E aí o discurso cai por terra. Então, acho que a gente precisa, além dos pactos que a gente precisa criar, não é? Eu acho que a gente precisa criar um pacto de educar melhor essa sociedade, porque somos nós que acabamos tendo essa tarefa, não é? Até por essa sobrecarga que tem em cima da mulheridade, não é? Que nós que temos que educar. Então, se nós que temos que educar essa população, por onde é que nós estamos falhando nesse processo de educação? Então, acho que fica essa reflexão para nós e também para chamar o feito à ordem dos nossos companheiros, não é? Todas nós aqui fazemos parte de movimentos. E cadê esses companheiros de movimentos que se dizem aliados à pauta das mulheres? Cadê eles que não estão caminhando ao nosso lado, não é? Então, acho que essa reflexão que eu faço, me sinto muito contemplada pelas falas da Mesa, me sinto muito contemplada com a fala da minha irmã companheira e presidenta Maluh Andrade, que trouxe o recorte das mulheres trans e travestis. E, falando nas mulheres trans e travestis, eu fico muito orgulhosa de ver essa construção que a gente tem aqui em Sergipe e há muitos anos está construindo o 8 de março e de ter trazido dentro do mote a palavra transfeminicídio, não é? Porque em Sergipe, não sei se vocês sabem, em Sergipe, apesar de vários assassinatos de mulheres trans e travestis, que, se a gente for analisar os casos, a gente entende como feminicídio, apenas um foi colocado como transfeminicídio, que foi de Milena, minha amiga, jovem, preta, que foi assassinada pelo seu companheiro na periferia de Aracaju. Apenas um de tantos outros

que não foram tipificados e não foram solucionados. Então aqui, só para concluir minha fala, eu queria encerrar dizendo que domingo a gente se encontra nas ruas, domingo a gente se fortalece, e a nossa resposta, como sempre, é na luta. Obrigada.

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Geovana. Obrigada por tudo também, pela construção. Quero passar agora para Emile, vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB, e, depois, Zaila.

**ÉMILLY SAMITA – VICE-PRÉSIDENTE DA COMISSÃO DOS DIREITOS DA MULHER DA OAB/SE**

Boa tarde a todas e a “todes”. Cumprimento a todos, na pessoa da presidente da Mesa. Meu nome é Emile, estou como vice-presidente da CDDM, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da OAB, e eu queria falar hoje sobre efetividade e posicionamento, porque a gente viu a importância do letramento, de conhecermos a nossa luta, não só de dizer que fazemos parte da luta, mas de conhecer detalhes, interseccionalidade, histórico do contexto social que nos trouxe até aqui, mas também nós precisamos efetivar esse letramento, nós precisamos nos posicionar. Esse ambiente é um ambiente muito rico, mas nós precisamos sair daqui para as ruas. E falando sobre isso, eu vou estender aqui o convite a todos: a OAB vai fazer, no dia 8 de março, que é uma data que é sobre luta, é sobre estar nas ruas, uma caminhada pela Paz, às 16 horas. A concentração será ali na Caixa de Assistência da Advocacia, que fica ali na Travessa Martinho Garcez, aqui perto. E, pela rua da frente, nós seguiremos até a OAB. Será às 16 horas, a caminhada pela paz. Estaremos nas ruas para nos posicionar, para chamar à luta também aqueles que deveriam estar aqui. Foi muito comentado sobre a ausência dos homens nesse espaço e esse é um questionamento muito efetivo, porque são eles os protagonistas da violência, são eles os agentes. Então, precisa deles também para que a solução seja alcançada. É isso, fica aqui o convite. Parabenizo a todos também pelo evento. É um evento muito rico. Fiquei muito feliz. Cresci muito aqui. Aprendi muito ouvindo vocês. Só de ouvir já é fortalecimento, porque nós vemos que nós não estamos sozinhas nessa luta. Então, agradeço a todas e que nós tenhamos uma excelente noite em frente.

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muito obrigada, Emile. Obrigada mesmo. Vamos tentar dar conta dessa programação aí nesse domingo. Quero chamar agora Zaila e, depois, Maria José.

### **ZAILA LOZ – PESQUISADORA**

Boa tarde a todos, a todas e a “todes”. Fazer minha autodescrição: sou uma mulher preta de 1,75 m, estou com uma *lace* escura. Do lado direito e do lado esquerdo, eu tenho 500 ml de prótese de silicone. Acho importante dizer isso porque a gente, enquanto pessoa travesti, a gente precisa se transformar todos os dias, né? E a mulher se constrói conforme o tempo vai passando. Primeiramente, agradecer à Mesa, agradecer a Sonia Meire por propor essa Sessão Especial. É sobre esse lugar que a gente está falando. É sobre interseccionalidades que a gente precisa falar. É sobre essa garantia de direitos. E uma sala com tantas mulheres em um horário que não seria o ideal, as mulheres estarem se organizando e a gente está se organizando. Eu sou de São Paulo, sou educadora, ativista, fui capa da ONU no ano de 2022, no mês da visibilidade trans no Brasil. Chegou um QR Code, acho que para todo mundo aí, eu o fiz chegar de alguma forma. Esse QR Code é a primeira pesquisa censitária de LGBTQIA+ do estado de Sergipe, pensando na nossa população e pensando nas demandas que precisamos resolver, que são urgentes, que são a violência contra a nossa população, são as políticas públicas, que faltam também aqui dentro do Estado. E quando a gente tá falando da nossa comunidade, a gente tá falando de quem abriu essa comunidade, e foram as mulheres. Somos frutos de mulheres. Quando a gente fala de garantia de direitos e política pública, é sobre falar da garantia do direito de “todes”. Quando a gente fala da nossa comunidade, a gente está falando de todas essas mulheres trabalhadoras que trabalham de 7x7, não é? Porque quem é mãe, quem é irmã, quem é mãe solo, enfim, sabe como o trabalho, ele vai além dessa escala 6x1. Não esqueçam de responder à pesquisa, é muito importante. Essa pesquisa está sendo feita junto com o governo do estado de Sergipe e juntamente com a Seasic também. Espero que todas e “todes” tenham uma excelente semana, um resto de semana; voltando agora pós-Carnaval, não teria nada melhor do que as mulheres se organizarem e começarem a pensar nesses próximos meses desse ano e o quanto a gente pode se sentir segura e se cuidar. E pensar também no que Bell Hooks fala, que possa ser uma educação transformadora. E que daqui possa sair um protocolo de segurança para os meninos, e não para as meninas, mas um protocolo dentro da educação. A gente precisa acolher esses meninos, a gente precisa ensinar. Se ele não brincar de boneca, ele vai matar a boneca.

**PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Muito bom, Zaila, ter você conosco. Nós já tivemos a oportunidade de conversar em outros espaços. Inclusive, eu sugeri aqui para a Câmara uma entrevista para ajudar a divulgar a pesquisa também. E aí a gente vai combinando isso com a comunicação daqui, tá bom? Fiquei muito feliz de você estar aqui hoje conosco, porque o pessoal aqui já vai te conhecendo também para acertar esse dia. Companheira Zezé, depois Shirley.

**MARIA JOSÉ BATISTA – ASSESSORA DO VEREADOR IRAN BARBOSA**

Boa tarde a todos, todas e “todes”. É um prazer muito grande estar aqui. Meu nome é Maria José, Zezé, representando aqui o mandato do vereador Iran Barbosa. Tenho outras companheiras aqui, mas, como a professora falou, tenho aqui a conexão de várias lutas. Estou aqui também enquanto Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. E essa foi a primeira fala que a gente começou a fazer aqui. E peço encarecidamente, até porque eu sei que Sonia vai fazer isso, e todos que estão aqui também irão fazer, que em todas as nossas jornadas de luta, incluam as meninas. Incluam as meninas, as meninas negras, as meninas trans, que a gente não fala. Tem crianças trans, tem meninas trans, e a gente não fala dessas meninas nas nossas jornadas e é preciso que elas estejam nessa jornada. Quando a gente fala dessa invisibilidade, inclusive e principalmente das meninas, são corpos que não são enxergados, são demandas que não são atendidas. Nós estamos aqui nos representando. Essas meninas e esses adolescentes, elas não estão sendo representadas. Não temos espaço para discussão de criança e adolescente. Os nossos próprios conselhos de direitos e setoriais não garantem esses espaços. E é preciso fazer essas escutas. Meninas estão sendo sequestradas, estão sendo violentadas todos os dias, nos seus diversos territórios. São territórios singulares, diversos, e ninguém acaba escutando essa fala e essa voz. E algo que está acontecendo, em Sergipe, o ano passado, 2024 e 2025, ficou no topo de meninas que engravidaram até 12 anos. Como a gente vai entender isso como uma gravidez? Por que isso é entendido como uma gravidez? Isso é um estupro. Uma menina de 11 anos, uma menina de 12 anos, ela não teve um parto, ela foi estuprada e tem que ser considerada um estupro. Então, essa violência já começa lá atrás. Me sinto contemplada com todas as falas, saio daqui extremamente rica de informação e comprometida enquanto mulher, enquanto assistente social, enquanto militante com o que a gente vai poder fazer aqui. Agradecer os dados, muito bons, que

você trouxe para cá, porque são dados que vão influenciar a política. E quando a gente falou aqui, a gente precisa falar do PPA, a gente precisa conhecer o orçamento, a gente precisa saber como funciona o ciclo orçamentário, porque senão a gente vai falar e a coisa não acontece. Como Sonia colocou, precisa estar lá no PPA, cada demanda que a gente falou aqui, especificada para menina, para mulher, para menina trans, a gente precisa falar disso e isso tem que estar especificado. Na assistência, por exemplo, todos os serviços são tipificados, se você não coloca, não acontece. E é preciso que a gente observe que os PPAs, quase sempre, todos os anos, você vai ver repetições que não acontecem. Coloca-se lá, é como se o dinheiro fosse gasto, mas o dinheiro não é, sequer aquele serviço foi realizado, mas a gente desconhece. Então, a gente precisa, incluindo as nossas lutas, conhecer o orçamento. E como a companheira falou, a educação, é preciso estar na escola, é preciso trabalhar com os meninos. É preciso que esse menino — como muito bem você falou — que não cuida da boneca, mata a boneca. Então, é preciso estar nas escolas, e as escolas têm chamado isso. Os professores têm dificuldade porque não são super-homens nem mulheres-maravilha; eles precisam de apoio, precisam de recursos e precisam que isso esteja nos nossos planos. Temos diversas conferências, diversos planos, mas isso não se concretiza. Então, vamos colocar isso novamente, a cada dia. Não vamos andar para trás, não é? Vamos caminhar. Dar um passinho para trás às vezes, mas três para frente. E vamos nos comprometer a fazer o enfrentamento por mais mulheres na política, mas mulheres na política que tenham compromisso, não por uma hierarquia familiar, cada uma com sua história, precisamos fazer essa luta. Obrigada a vocês todos.

#### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Obrigada, Zezé, pela sua fala, pelo seu compromisso também na defesa da criança e do adolescente, sempre firme. Muito obrigada. Quero chamar agora a Shirley e, depois, por fim, a Larissa, pra gente já ir encerrando e fazer uma foto aqui com todo mundo. Algumas mulheres já precisaram sair por conta da vida, não é? Da dinâmica delas. Então, Shirley, depois Larissa.

#### **SHIRLEY ANDRADE – PROFESSORA DA UFS**

Bom, boa tarde para todas as pessoas. Eu sou uma mulher de 50 anos, tenho cabelos vermelhos, pele clara com sardas no rosto, estou usando óculos vermelhos. E,

entre tantas atividades que a gente tem, eu também sou professora e pesquisadora da Universidade Federal de Sergipe. E eu acho que uma das coisas que a gente tem que pensar é não abrir espaços para a extrema-direita. A gente tem que tomar muito cuidado com o uso dos dados. Às vezes, a gente faz algum uso dos dados de maneira muito aligeirada, e eu tenho lido muito a direita. Eu acho que é um problema nosso, inclusive, do movimento feminista, a gente fica dentro de uma bolha com os argumentos que a gente tem, e a direita está tratorando a gente, inclusive dentro da universidade. Quando a gente olha os dados, a maioria da população brasileira é de mulheres, mas quando a gente olha os dados de homicídio, a grande maioria das pessoas assassinadas no Brasil é homem. Noventa por cento das pessoas vítimas de homicídio no Brasil é homem. A direita usa esse dado para dizer que a gente exagera no debate sobre feminicídio. E tem toda uma linha de análise que a gente pode fazer dizendo que não é verdade, porque quando a gente olha os ambientes que esses homens são assassinados, geralmente são os ambientes públicos. Então, os homens não morrem porque eles são homens; eles morrem porque estão brigando, morrem por causa de outros motivos. E a grande maioria das mulheres, quando são assassinadas, elas são assassinadas no ambiente privado, exatamente o que tem essa relação da condição de mulher. Por que eu estou chamando a atenção em relação somente aos dados? Porque a gente tem que pensar... eu acho que a Zaila e a Sonia... eu estava até com receio de, nesse espaço, tocar nisso, mas acho que a Zaila e a Sonia deram a deixa. Eu acho que a gente se preocupa muito — não é 'se preocupa muito', tem que haver uma preocupação com as mulheres, a gente tem que ter políticas públicas para elas —, mas tem que ter política pública para esses homens. Bell Hooks levanta — ela tem um livro maravilhoso chamado Masculinidades — que a gente não tem disputado esses homens. O movimento feminista tem tido dificuldade de atrair os homens. Claro que por uma série de questões que a gente sabe, não é culpa do movimento feminista, não é isso que eu estou dizendo, mas por uma série de questões. Mas nós temos que trazer também políticas de como trabalhar esses homens. Então, por exemplo: a violência doméstica não vai acabar porque a gente está prendendo esses homens. Ele vai sair do presídio e vai voltar a realizar essas violências. É fundamental trabalhar principalmente os homens da classe trabalhadora. O que é que acontece? A violência doméstica contra a mulher tem muita relação com o patriarcado, a postura de poder e de domínio. Não tem nada a ver com desejo sexual; a violência tem a ver com a posição de domínio. Portanto, os homens pobres, principalmente, como eles não têm espaços de domínio, vai ser em casa que ele vai exercer esse domínio. Então,

existem políticas, algumas coisas que já estão sendo feitas, mas muito pouco, de como trabalhar esses homens. Eles precisam chegar à conclusão de que o que eles estão fazendo é contra a própria classe deles e delas. Então, existem alguns programas que já estão sendo realizados. A nossa querida Rosângela, inclusive, criou um programa na universidade sobre como tratar esses homens que são agressores também da violência doméstica. A Universidade Federal de Sergipe tem esses programas. A gente podia pensar, a nível de prefeitura, como nós podemos implementar isso nas escolas e não só isso. A gente tem instrumentos fantásticos. Eu estou trabalhando no serviço social. E nós temos possibilidades fantásticas de serem realizadas essas formações com os profissionais. Agentes de saúde são fantásticos, porque eles estão em contato direto com a população e podem detectar essa situação. Então, eu acho que a gente, para fechar, a gente poderia justamente pensar nisso. E assim, Milena, eu não sei. Eu acho que eu tenho desconfiança pelos dados que não só estão surgindo mais... as pessoas estão sabendo, mas está surgindo mais violência. Os últimos dados do Anal de Segurança Pública mostram que tem tido um aumento de descumprimento de medida protetiva. Então, na verdade, eu conversando com a Iracy Mangueira, a gente estava dialogando, e ela estava dizendo, quem fiscaliza a medida protetiva? Como é que vai fiscalizar isso? A gente não tem como isso ter se tornado ineficiente. Então, a repressão, a gente não pode abandonar, a repressão é necessária. Mas não é só trabalhar os meninos, as crianças, que é fundamental. Mas os homens, eles aprendem. Bell Hooks disse que, na verdade, a primeira violência que o patriarcado faz é anular o sentimento dos homens. Eles não podem sentir. A única maneira... Ele tem ódio das mulheres. Muitos homens têm ódio das mães, inclusive. E uma maneira de fazer isso é o feminicídio. Então, eu queria pensar junto, aqui no município, a gente pensar para os homens também.

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL**

Então, é isso aí, a gente está caminhando, acho que a gente tem que organizar nossos coletivos de debate, para além daqui dessa sessão, a gente já tem feito isso com mais dificuldade, ora menos, e essa sessão e os atos, todas as ações que a gente está fazendo esse mês, é para a gente projetar e estruturar trabalhos mais coletivos e somando esforços para isso. Acho superimportante a fala, a disposição. Ontem, eu estava ao telefone rapidamente com a professora Rosângela, nossa camarada também de luta, de ativista. E eu acho que é isso, a gente tem tentado, tem alguns projetos de lei,

inclusive, para as escolas que não são estruturados, inclusive na procuradoria nós estamos com essa tarefa de levantar todos os projetos de lei existentes no município, federal, municipal e estadual, mas olhando mais agora para o município pela procuradoria e o que não está sendo materializado, implementado, porque a gente tem muita coisa que virou letra morta. E nós temos que buscar e ver a viabilidade disso, porque é nesse conjunto que a gente pode crescer e fazer convênios, estruturar isso de alguma forma para trabalhar com homens e trabalhar com meninos, trabalhar com as crianças na escola, não pode abrir mão disso. Mas por quê? Quando a violência ocorre, só rapidamente, para fechar esse ponto, antes de passar aqui para a Larissa e depois para... eu vou ver aqui já o nome, as 2 últimas pessoas. A sociedade sempre exige mais punição, até pena de morte. Só que a gente tem que pensar que a mulher já foi morta, ele já matou os filhos, se matou, então tem uma série de pontos que precisam mudar, a punição, ela é necessária, mas não é com mais punição, até com pena de morte, que nós vamos resolver o problema, porque a nossa sociedade já é estruturada pela violência, o fato de os homens não poderem exprimir seus sentimentos é um dos grandes atos de violência, como você colocou, Shirley. Então, eu acho que é isso. Vamos continuar essa conversa e vamos aprofundando melhor, que eu acho que os movimentos feministas têm pensado muito, têm trabalhado muito nesse último período com outros caminhos que eu acho que a gente precisa realmente complementares para vencer o machismo, a misoginia e as violências que nós sofremos. Larissa, por gentileza, e já agradecendo a tua presença hoje.

### **LARISSA LIMA – COORDENADORA DA DIRETORIA DE PROTEÇÃO DA SPM DE SERGIPE**

Boa tarde a todos, a todas as presentes, todas, todos e “todes”. Eu estou aqui representando a secretária de Política para as Mulheres do Estado, Georlize Teles. Ela não pôde vir pela imensa agenda de março que todas nós sabemos que temos a cumprir. Eu não ia falar, porque eu fiquei tão rica com o que eu escutei, essa troca foi tão interessante. Foi assim, eu somei duas folhas só de anotações de toda a banca, de todas as presentes aqui, de tanto que a gente aprende ouvindo experiências do que só estar sentada dentro de salas fechadas com computadores. E queria aqui trazer 3 pontos que eu achei interessantes para a gente fugir um pouco dessas políticas públicas e do que as leis trazem e de falar de valores. Desde segunda, que eu venho observando no Instagram, uma frase que repercutiu muito nos comentários, principalmente de

publicações de violência contra mulheres: “Se a dor do outro não doer em mim, eu desconheço o amor.” Então, eu acho que essa frase, além de trazer principalmente o valor da empatia, traz principalmente o principal valor diante desses crimes tão brutais, que é o feminicídio, que é o ápice da violência, a transfobia, o racismo, que é a pauta que a gente tá trazendo aqui em debate e discussão hoje, e o quanto é importante a gente saber entender mulheres. E aí eu trago outro ponto que eu acho interessante destacar, que muita gente, essa pauta nossa que a gente está debatendo aqui, da violência contra as mulheres, é uma pauta que traz uma visibilidade de rede social muito grande. A gente sabe que quando todas nós publicamos e compartilhamos, a depender de como seja a execução do trabalho, todo mundo faz palmas, aplausos, visibilidade, visualizações, etc. Mas quantas, não estou falando de nós, mas quantas de fato vestem a camisa e colocam a mão na massa? Quantas de nós já parou para ler a Lei Maria da Penha e viu realmente a garantia de direitos e o que a gente pode pedir como medidas protetivas para as mulheres? Não estou falando que estamos aqui, mas estou falando que muitas, muitas, infelizmente abraçam a causa sem o compromisso. E a gente sabe que a proteção dos direitos das mulheres é uma proteção permanente, é um dever permanente que a gente tem como causa social. Não é uma coisa isolada, não é uma coisa de março, é uma coisa de janeiro a dezembro. E que possamos aqui, nesta Casa que sempre está de portas abertas, assim como o governo do Estado de Sergipe também, a Secretaria de Política para as Mulheres, porque a rede de proteção à mulher não anda só. Eu não estou falando de Secretaria de Política para as Mulheres, eu não estou falando de CRAM, eu não estou falando isoladamente de ilhas, eu estou falando de uma rede. E que as mulheres vítimas, sejam mulheres negras, sejam mulheres trans, sejam mulheres cis, elas possam ter redes de proteção favoráveis e não revitimizadoras, porque é drástico quando a gente tem uma mulher que chega na delegacia e diz: ah, não posso te atender porque o horário passou, como eu ouvi, da questão do atendimento no DAGV, que é limitado. Ah, eu não posso te atender porque aqui hoje a gente não tem uma profissional especializada para poder lhes levar como uma medida protetiva para pedir, porque o papel acabou. Então, são situações que, se cada um de nós, cada uma de nós que estamos aqui hoje, a partir de que a gente sai daquela porta, leve como uma causa conjunta, uma causa de todos, e a gente faça a diferença, o 8 de março realmente é um dia de luta e não um dia comercial, como eu muito bem vi aqui as colegas colocando. E, de fato, que a gente deixe de ganhar as flores como presentes simbólicos e românticos, e romantizar, normalizar essa violência. Que a violência psicológica é uma das violências mais normalizadas quando a

gente tiver uma mulher que tá dentro do ciclo e que não reconhece que tá no ciclo. Teve uma notícia que eu acredito que todo mundo tenha visto, que foi da policial militar, que ela cometeu suicídio e ela identificava que estava no ciclo, mas ela não queria sair. Os motivos? O militarismo no ambiente de casa, ela tinha submissão por ser, ele também, uma posição acima dela, superior a ela dentro do ambiente profissional. Então, vejam o contexto. Que todas nós que estamos aqui julguemos menos e possamos dar a mão mais, porque eu tenho a experiência de ter trabalhado na delegacia da Barra dos Coqueiros enquanto escritã e, às vezes, o atendimento só bastava um abraço e fazia toda a diferença na vida daquela mulher. Um abraço. Eu não precisava, às vezes, começar a registrar o B.O., precisava, mas ela só queria ser ouvida e ela só queria um abraço. Então, veja como o atendimento inicial, humanizado, com empatia, que foi como eu comecei falando aqui, faz a diferença. Então, que possamos disseminar conhecimento, levar realmente um momento de debate. A gente tem também o programa Maria da Penha vai à escola, que leva para meninos, para que, desde a base, possamos desconstruir esses conceitos machistas de patriarcado. E só para encerrar, Shirley, não é Shirley? Falou da questão do homem, de ele realmente ter esse comportamento explosivo por ser homem. E hoje pela manhã tem uma palestra de Luciano Ramos, ele é um professor e historiador do Rio de Janeiro, que tem um instituto mapeado em masculinidades. E ele, numa palestra da Operação Mulher Segura, que aconteceu hoje lá na Cadepol, uma parceria da SPM com a Secretaria de Segurança Pública, ele me falou uma questão que você trouxe muito bem à reflexão, Shirley. Os homens, eles não costumam nem ter consultas ao psicólogo. E se a gente for observar, é porque eles têm esse costume de não desabafar. Senta na mesa do bar com um amigo pra falar besteira, mas não fala da sua vida, do que sentiu. Mulher, não, acabou o relacionamento, liga pra outra, “mulher, preciso desabafar”. E todo mundo se entende, todo mundo se compreende, por mais que as nossas vaidades que a gente possua. Então, vejam como a gente já tem uma raiz construída de resistência. Ele disse: “olha, o menor índice que uma amiga minha psicóloga tinha eram de pacientes homens”. Então, a dificuldade de desabafar, de colocar pra fora, de falar, isso mostra a explosão quando a gente tem o ápice do que a gente está levando aqui em pauta principal contra o feminicídio. Então, que realmente essa defesa de direitos de mulheres, essa proteção integral a todas nós, seja uma causa permanente e que vá além desse mês de março. Muito obrigada, parabéns a todas que tiveram lugar de fala, que trouxeram reflexões,

que somaram muito, que a gente tenha sempre, vereadora Sonia, momentos de troca como esse, porque é muito importante e faz totalmente a diferença.

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE - PSOL**

Obrigada, Larissa. Eu vou dar uma acelerada agora, porque tem outra pessoa e a gente já está com o horário estourado. Eu vou chamar aqui a companheira Rose para poder fazer uso da palavra. Obrigada, Rose.

### **ROSE CARVALHO – COMITÊ MULHER SICREDI E ASSESSORA PARLAMENTAR**

Vamos lá. Liga, já liguei. Veja, 2 minutinhos, no máximo, estourando aqui. Todo mundo já falou muita coisa. Eu sou assistente social e sou sexóloga. Eu vou falar muito mais na minha área de sexologia. Opa, gostou, hein? Todo mundo gosta, meu amor. Vamos lá. Eu estou fazendo algumas palestras. Hoje pela manhã eu estive em uma palestra numa empresa e uma das coisas que eu sempre solicito: uma turma bem heterogênea, homens e mulheres participando, porque tem que ser dessa forma, eu não vejo diferente. E, realmente, a empresa hoje fez, sem que eu solicitasse; quando eu cheguei no auditório, realmente tinha homens e mulheres e o tema era “ser mulher”. Claro e evidente que eu abordei tudo isso, tudo isso que nós falamos aqui hoje foi abordado, e é claro que eu tive que falar da sexualidade feminina. Porque, gente, nós, na nossa tratativa, nós somos um ser biopsicossocial. Toda essa violência, todos esses tipos de violência, passa por essa mulher que ela tem que entender quem é ela dentro desse contexto hoje, dentro da sua história (cada uma tem a sua), dentro das suas dores. E quem é ela hoje, porque é muito fácil, eu percebo isso na minha prática clínica, inclusive: por que ela continua ali? Olha, apanhou, duvido, vocês já ouviram isso também. Depois estão na mesma cama, depois estão de mãos dadas. É muito fácil a gente falar isso quando a gente não entende uma história por trás disso, toda uma educação por trás disso. E quando eu trago a palavra educação, e eu que frequento também e visito escolas, eu percebo a ausência e a necessidade urgente de educação sexual na grade das escolas. E quando eu falo “educação sexual”, muitas vezes eu sou muito criticada, gente. É um desafio, é um mata-leão diário. Porque, enquanto sexóloga... “Vem ensinar sexo para as crianças?” Quem nunca escutou isso? Então, isso, na minha vivência, é o que eu mais ouço. E eu digo: é necessário, porque através de uma conversa sobre educação sexual, trabalhando meninos e meninas, que é necessário, nós começamos da base para que eles entendam seus corpos, entendam os tipos de

relacionamento, suas permissões, a qualidade de vida que você quer, uma sexualidade saudável. E ela só começa com a informação. Não é possível que eu converse com adultos e fale sobre intersexo, que confundem intersexos. “Ah, eu conheci uma pessoa intersexual, ela fez uma transformação no corpo”. Eu digo: para tudo. Então, há muito, muita ausência de informações, até mesmo dentro do próprio grupo LGBTQIAPN+. Por quê? Faltou informação, falta orientação das bases para entender todo esse contexto. Então, eu vivencio isso. E quando a gente fala de violência, eu percebo que tem que ser lá na base mesmo. Mas já que estamos em adultos, precisamos de uma educação sexual. Criança, jovem e adulto. Porque nos faltou isso e continua nos faltando. Então, era essa a minha colaboração.

### **PRESIDENTE DESTA SESSÃO PROFESSORA SONIA MEIRE - PSOL**

Muito bem, Rose. Esse é o grande dilema, inclusive nas casas parlamentares, porque é um problema hoje, até no Plano Nacional de Educação, colocar a questão da educação sexual nas escolas. A extrema-direita tem pavor, porque diz que a gente vai ensinar sexo. Não tem nada a ver, é ensinar a conhecer o seu próprio corpo, como funciona a estrutura da sociedade em que você está, a sua relação consigo mesmo e com os outros, com as outras pessoas. Mas nós vamos ter que... é isso, cada dia a gente vai avançando um pouquinho, vai se compreendendo e vai construindo coletivamente. Gente, pelo avançar da hora, eu quero agradecer a toda a nossa equipe que organizou essa sessão de hoje junto com as mulheres em diferentes semanas, várias semanas, para chegar até hoje, para chegar até domingo também, que nós temos ato. Quero também convidar, aqui dentro dessa programação, a deputada Linda Brasil, que estará realizando amanhã uma sessão especial também, ou é audiência? Sessão especial na ALESE, às 9 horas da manhã. Então, todas as pessoas estão convidadas, “todes” estão “convidades” para estar lá. É muito importante que a gente fortaleça, nas ruas, nas câmaras, nas assembleias legislativas, esse debate, porque ocupar as ruas a gente já ocupa diariamente, mas a gente precisa ocupar esses espaços com esse debate, porque são os lugares, inclusive, que muitas vezes, na maioria das vezes, são impedimentos do avanço das nossas pautas. Então, muito obrigada. A audiência pública na sala de comissões da ALESE, amanhã às 9 horas. E domingo, às 8 horas, na feira do Bugio. Vamos lá fazer nossa feira lá no Bugio. Vamos conversar com o povo. Vamos lá assistir e interagir com Paulo Alday e também com o grupo Baque Mulher, porque eu estou trocando, às vezes, são muitos grupos de mulheres, às vezes eu troco. Baque Mulher, sábado também de

manhã. Tá bom, gente? Então, dou por encerrada. Agradeço a todos os funcionários e funcionárias que estão aqui desde a manhã nesta Casa. Muito obrigada! Obrigada!

**[SESSÃO ENCERRADA]**

*Texto revisado por Yan Beck Sampaio.*